

GOIÁS INDUSTRIAL

Revista do Sistema Federação das
Indústrias do Estado de Goiás



ENTREVISTA

Investimento em inovação abre caminho para desenvolvimento autônomo e independente, declara presidente da Finep, Luis Fernandes

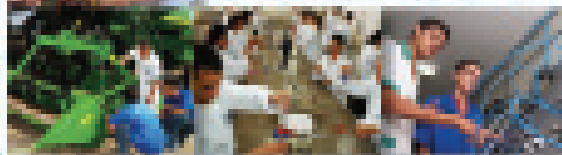
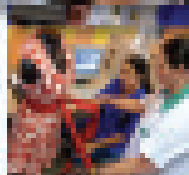
Indústria
GOIÁS
2020
Rumo ao futuro

2010
A INDÚSTRIA CONSTRÓI O FUTURO

SETOR MONTA A AGENDA DE PROGRAMAS, METAS E INDICADORES PARA GANHAR RELEVÂNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL, TORNANDO-SE SUSTENTÁVEL E COMPETITIVA MUNDIALMENTE

SENAI

**EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO,
FORTALECIMENTO PARA A INDÚSTRIA.**



Da Aprendizagem Industrial à Pós-Graduação

Qualificação e Prestação de Serviços Técnicos e Tecnológicos

Inovação e Informação para a Indústria



4002-0213 - Goiânia

0800 542 1313 - demais localidades

www.senai.org.com.br



“Com o Mapa Estratégico da Indústria Goiana, queremos ampliar significativamente a renda per capita dos goianos”

Paulo Afonso Ferreira
pauloafonso@sistemafieg.org.br

O mapa do salto econômico

O leitor encontra nesta edição ampla e clara antecipação do Mapa Estratégico da Indústria Goiana, peça central do projeto Goiás 2020 – Indústria Rumo ao Futuro, com lançamento previsto para 16 de agosto próximo.

Contribuição da Fieg ao desenvolvimento industrial e do próprio Estado no próximo decênio, é um trabalho audacioso e de fôlego, elaborado com a consultoria da 3GEN Gestão Estratégica, a mesma que colaborou na formulação do Mapa da Indústria Brasileira, produzido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Mais de uma centena de lideranças empresariais e políticas, entidades e instituições públicas e privadas, além do mundo acadêmico, participaram na indicação do que precisamos para que nossa economia realize um novo salto. Seu conteúdo foi validado com 11 temas e 27 objetivos estratégicos levantados em 23 semanas de trabalho e exaustivas consultas, resultando em 44 propostas de políticas e iniciativas em favor do crescimento industrial, além de 57 indicadores com metas para o período entre 2010 e 2020.

São seus objetivos o aumento da competitividade do setor, de forma a estimular a desconcentração do desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, reforçar o peso de produtos com maior valor agregado,



ampliar a participação no comércio internacional e contribuir para a geração de emprego e renda, sem os desequilíbrios atuais e de forma ambientalmente sustentada. Com o Mapa Estratégico da Indústria Goiana, queremos ampliar significativamente a renda per capita dos goianos; expandir as cadeias produtivas no Estado para acrescentar valores às nossas matérias-primas; conquistar importantes porcentuais em nossa participação no PIB brasileiro e mercados dentro e fora do País, consolidando um parque industrial cada vez mais competitivo e sustentável. Seu acompanhamento e divulgação dos resultados terão a parceria da imprensa. Ligada diretamente à Presidência da Fieg, a Assessoria de Gestão Estratégica, em estruturação, responderá

diretamente pela coordenação e pelo acompanhamento estratégico de todas as fases do projeto.

Ao lado do Fórum Empresarial de Goiás, o Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás – Fieg, Sesi, Senai, IEL e ICQ Brasil – está preparado para capitanear esse novo estágio de progresso, contribuindo na representação e liderança do segmento industrial, na formação de recursos humanos necessários e no apoio ao trabalhador da indústria, propiciando-lhe condições favoráveis de trabalho e melhor qualidade de vida.

Também se considera pronto para apoiar as empresas em seus processos de modernização de gestão, certificação de seus processos e produtos e aprimoramento tecnológico.



CAPA

26 Indústria lança o projeto Goiás 2020 – Indústria Rumo ao Futuro, que propõe novos rumos para o desenvolvimento do setor e da economia estadual como um todo. Seu objetivo central, expresso no Mapa Estratégico da Indústria Goiana, é reforçar a musculatura do segmento, tornando-o sustentável e competitivo globalmente.

ENTREVISTA

8 O investimento em pesquisa científica e tecnológica, desenvolvimento e inovação, sustenta o presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Luis Manoel Rebelo Fernandes, permitirá ao País assumir um modelo independente de desenvolvimento.

MÉRITO INDUSTRIAL

12 A perspectiva de união entre os mundos político e empresarial, em defesa do crescimento econômico, marcou a cerimônia de entrega da Medalha da Ordem do Mérito Industrial a oito personalidades e ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, no Sesi Clube Antônio Ferreira Pacheco, conduzida pelo presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira.

SENAI GOIÁS

18 Instituição do Sistema Fieg realiza ações de educação profissional para pessoas com deficiência, promovendo sua qualificação por meio do Programa Senai de Ações Inclusivas (Psai). A iniciativa busca facilitar o acesso ao mercado de trabalho e atender à demanda das indústrias.

MEIO AMBIENTE

42 Depois de reorganizar o Sindicato das Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Goiás (Sindirepa), Francisco de Souza, presidente da entidade, decidiu enfrentar também a questão polêmica do passivo ambiental do setor e negociou com a Agência Municipal de Meio Ambiente de Goiânia uma instrução normativa que define normas diferenciadas para indústrias.

índice

APL DE CONFECÇÃO

38 Com economia baseada na agropecuária e no turismo ainda incipiente, Corumbá de Goiás busca novos rumos para seu desenvolvimento socioeconômico. A aposta é a organização do setor do vestuário, por meio do programa Arranjo Produtivo Local (APL) de Confecção (*foto*), executado pelo Senai, dentro de convênio entre a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO), Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride) e prefeitura, com aporte de recursos da ordem de R\$ 223 mil.



ICQ BRASIL

2 A maioria das empresas goianas ainda não abriu os olhos para a necessidade de certificação nas áreas de gestão ambiental, saúde e segurança de trabalho, que passa a ser exigida por grandes corporações como Petrobras, Camargo Corrêa e Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô), entre outras. O alerta é da equipe do ICQ Brasil, que atua na área de certificação.

IEL GOIÁS

22 No mercado cada vez mais competitivo, cresce a demanda por mão de obra qualificada. A alternativa escolhida por empresas e profissionais liberais inclui a contratação de estagiários, num processo incrementado pela nova lei que regula o assunto, o que facilita a formação de recursos humanos, e conta com a assessoria do IEL Goiás.

INOVAÇÃO

34 O Estado deverá receber volume inédito de investimentos na área de pesquisa e desenvolvimento tecnológico neste ano, num valor estimado em R\$ 40,5 milhões. Apenas a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) colocará à disposição de empresas, pesquisadores e institutos de ciência e tecnologia aproximadamente R\$ 30,9 milhões para contratação ao longo deste ano.

SESI GOIÁS

21 Mais de mil alunos do ensino fundamental ao médio participaram da campanha de doação dentro do Projeto Doe Sangue, Doe Vida, realizado pela Escola Sesi Campinas, localizada em um dos bairros mais tradicionais de Goiânia.

ELEIÇÕES 2010

43 Assim como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), que recebeu os candidatos à Presidência no final de maio, a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) pretende ouvir os principais presidenciáveis em sua sede. A instituição recepcionou, nos dois últimos meses, a ex-ministra da Casa Civil Dilma Rousseff (PT) e o ex-governador de São Paulo José Serra (PSDB), que apresentaram propostas e ouviram reivindicações do empresariado goiano.



GOIAS INDUSTRIAL



Direção

José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo

Geraldo Neto

Edição

Lauro Veiga Filho

Subeditor

Dehovan Lima

Reportagem

Andelaide Pereira, Célia Oliveira,
Débora Orsida, Divina Rosa,
Jávier Godinho e Nathalya Toalari

Colaboração

Wellington da Silva Vieira

Fotografia:

Sílvio Simões, Alex Malheiros e
Sérgio Araújo

Capa e ilustrações

Willian Fernando

Projeto gráfico

Wesley Cesar

Diagramação e produção

Clarim Comunicação e Marketing
Rua S-6 nº 129, Sala 01,
Setor Bela Vista
(62) 3242-9095
www.clarimcomunica.com.br
contato@clarimcomunica.com.br

Publicidade

W. Veríssimo Comunicação
(62) 3945-8295
comercial@wverissimocomunicacao.com.br

Fotolito e impressão

Gráfica Kelps

As opiniões contidas em
artigos assinados são de
responsabilidade de seus autores e
não refletem necessariamente
a opinião da revista

Sistema FIEG

Federação das Indústrias
do Estado de Goiás

Presidente:

Paulo Afonso Ferreira

Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano
Franco, Casa da Indústria - Vila Nova
CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300
Fax (62) 3229-2975

Home page:

www.sistemafieg.org.br

E-mail

fieg@sistemafieg.org.br

NÚCLEO REGIONAL DA FIEG EM ANÁPOLIS

Presidente:

Waldry O'Dwyer

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A,
Bairro Jundiá, CEP 75113-630,
Anápolis-GO
Fone/Fax (62) 3324-5768 /
3311-5565

E-mail:

nureaps@sistemafieg.org.br

SESI

Serviço Social da Indústria
Diretor Regional: Paulo Afonso
Ferreira
Superintendente: Paulo Vargas

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem
Industrial
Diretor Regional: Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi
Diretor: Daniel Viana
Superintendente: Paulo Galeno
Paranhos

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação
Qualidade Brasil
Diretor: Daniel Viana
Superintendente: Paulo Galeno
Paranhos

Diretoria da FIEG

Presidente

Paulo Afonso Ferreira

1º vice-presidente

Pedro Alves de Oliveira

2º vice-presidente

Wilson de Oliveira

3º vice-presidente

Ivan da Glória Teixeira

1º secretário

Hélio Naves

2º secretário

Luiz Gonzaga de Almeida

1º tesoureiro

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

2º tesoureiro

Antônio de Sousa Almeida

Diretores

César Helou
Segundo Braoios Martinez
Ubiratan da Silva Lopes
Marley Antônio da Rocha
Joviano Teixeira Jardim
Frederico Martins Evangelista
Jorge Luiz Biasuz Meister
Aluísio Quintanilha de Barros
João Essado
Flávio Paiva Ferrari
Eduardo Cunha Zuppani
Laerte Simão
Luiz Antônio Vessani
José Vieira Gomide Júnior
Carlos Alberto Vieira Soares
Fábio Rassi
Sávio Cruvinel Câmara
José Luiz Martin Abuli
Eurípedes Felizardo Nunes
Aldrovan D. de Castro Júnior
José Magno Pato
Domingos Vilefort Orzil
Roberto Guimarães Mendes
Raimundo Viana Dutra
Carlos Alberto Diniz
Humberto Rodrigues de Oliveira
Mário Renato G. de Azeredo

Conselho Fiscal

Waldry O'Dwyer
Daniel Viana
Heno Jácomo Perillo

Conselho de representantes junto à CNI

Paulo Afonso Ferreira
Sandro Antônio Scodro Mabel

Conselho de representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior
Álvaro Otávio Dantas Maia
Ananias Justino Jaime
Aurelino Antônio dos Santos
Carlos Alberto Diniz
Carlos Alberto Vieira Soares
Carlos José de Moura Júnior
Carlos Queiroz de Paula e Silva
Carlos Roberto Viana
Cyro Miranda Gifford Júnior
Daniel Viana
Domingos Sávio G. de Oliveira
Edilson Borges de Sousa
Eduardo Cunha Zuppani
Eduardo Gonçalves
Eduardo José de Farias
Emani Martins Almeida
Eurípedes Felizardo Nunes
Fábio Rassi
Flávio Paiva Ferrari
Francisco Gonzaga Pontes
Francisco de Paula e Silva
Henrique Wilhem Morg de
Andrade
Hermínio Pometto Neto
Hélio Naves
Heribaldo Egídio
Jaime Canedo
Jair Rizzi
Jairo França
João Essado
Joaquim Cordeiro de Lima
Jorcelino José Nunes Neto
José Alves Pereira
José Antônio Vitti
José Divino Arruda
José Francisco de Souza
José Luiz Martin Abuli
José Magno Pato
José Vieira Gomide Júnior
Laerte Simão
Leonardo Jayme de Arimatéa
Leopoldo Moreira Neto
Luiz Carlos de Moura
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Ledra
Luiz Rézio
Manoel Paulino Barbosa
Marcelo José Carneiro
Marley Antônio Rocha
Moacyr Rabello Leite Neto
Orizomar Araújo de Siqueira
Paulo Afonso Ferreira
Pedro Alves de Oliveira
Pedro Daniel Bittar
Pedro de Souza Cunha Júnior
Roberto Elias de Lima Fernandes
Robson Peixoto Braga
Rubens Luiz Bernardes
Rodolfo Luis Xavier Vergílio
Sandro Antônio Scodro Mabel
Sávio Cruvinel Câmara
Segundo Braoios Martinez
Ubiratan da Silva Lopes
Valdenício Rodrigues de Andrade
Wellington Soares Carrijo
Wilson de Oliveira

Conselho Temáticos

Desenvolvimento Tecnológico e Inovação Presidente

Melchíades da Cunha Neto
Vice-Presidente
Ivan da Glória Teixeira

Conselho Temático de Meio Ambiente Presidente

Henrique W. Morg de Andrade
Vice-Presidente
Domingos Sávio Gomes de Oliveira

Conselho Temático de Infraestrutura Presidente

Roberto Elias de Lima Fernandes
Vice-Presidente
Célio de Oliveira

Conselho Temático de Política Econômica Presidente

Marley Antônio Rocha
Vice-Presidente
Beyle de Abreu Freitas

Conselho Temático de Relações do Trabalho Presidente

Orizomar Araújo de Siqueira
Vice-Presidente
Ricardo Roriz

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa Presidente

Humberto Rodrigues de Oliveira
Vice-Presidente
Carlos Alberto Vieira Soares

Conselho Temático de Responsabilidade Social Presidente

Antônio de Sousa Almeida
Vice-Presidente
Melchíades da Cunha Neto

Conselho Temático de Agronegócios Presidente

André Luiz Baptista Lins Rocha
Vice-Presidente
Rodrigo Penna Siqueira

Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais Presidente

Heribaldo Egídio
Vice-Presidente
Igor Montenegro Celestino Otto

Conselho Temático Fieg Jovem Presidente

Alexandre Costa
Vice-Presidente
Marduk Duarte

Rede Metrológica Goiás Presidente

Heribaldo Egídio

Câmara Setorial de Mineração Presidente

Luiz Antônio Vessani

Sindicatos com sede na Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Av. Anhanguera, nº 5.440, Edifício José Aquino Porto, Palácio da Indústria, Centro, Goiânia-GO, CEP 74043-010

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás
Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
Fone/Fax: (62) 3224-9226
siaeg@terra.com.br

SIEEG

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal
Orlando Alves Carneiro Júnior
Fone (62) 3212-6092
Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás
Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone (62) 3223-6515
Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás
Presidente: Carlos Queiroz de Paula e Silva
Fone/Fax (62) 3224-8688

SINCAFE

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás
Presidente: Sávio Cruvinel Câmara
Fone (62) 3212-7473
Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

Outros endereços

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás
Presidente: Pedro Alves de Oliveira
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno - CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3251-3691 - siago@cultura.com.br

SIFAÇÚCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SINDAGO

Sindicato dos Areeiros do Estado de Goiás
Presidente: Emani Martins de Almeida
Fone/Fax (62) 3224-8688

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens no Estado de Goiás
Presidente: Daniel Viana
Fone (62) 3223-2050

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras do Estado de GO, TO e DF
Presidente: Moacyr Rabello Leite Neto
Fone/Fax (62) 3223-6667
sindibrita@sistemafieg.org.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás
Presidente: Flávio Ferrari
Fone/Fax: (62) 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal
Presidente: José Magno Pato
Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindicarne@sistemafieg.org.br

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Etanol no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045 - sifaeg@terra.com.br

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano
Presidente: Eurípedes Felizardo Nunes
Rua Costa Gomes, nº 143 - Jardim Marconal - CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax (64) 3613-4810

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás
Presidente: Orizomar Araújo de Siqueira
Fone/Fax (62) 3224-4462
contato@simelgo.org.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás
Presidente: Aurelino Antônio dos Santos
Fone (62) 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINDICURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás
Presidente: João Essado
Fone/Fax: (62) 3212-3970
sindicurtume@sistemafieg.org.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás
Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone: (62) 3224-7443
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia
Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua I.137, nº 87 - Setor Marista
CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3088-0877
sinroupas@yahoo.com.br

SINDUSCON-GO

Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás
Presidente: Roberto Elias de Lima Fernandes
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste - CEP 74120-110 - Goiânia - GO
Fone (62) 3095-5155/Fax 3095-5176/5177 contato@sinduscongoias.com.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás
Presidente: Ananias Justino Jaime
Fone (62) 3212-1135
Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SINDIPÃO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás
Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida
Fone: (62) 3224-0422
sindipao@sistemafieg.org.br

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Goiás
Presidente: José Francisco de Souza
Fone (62) 3224-0121 - sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás
Presidente: Manoel Paulino Barbosa
Fone/Fax (62) 3224-7296
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste
Presidente: André Lavor Pagels Barbosa
Fone (62) 3223-9703 sindtrigo@sistemafieg.org.br

SININCEG

Sindicato das Indústrias de Calciário, Cal e Derivados no Estado de Goiás
Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax (62) 3213-0378
sininceg@sistemafieg.org.br

SINPROCIMENTO

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás
Presidente: Luiz Ledra
Fone (62) 3224-0456/
Fax 3224-0338
siac@sistemafieg.org.br

SINDQUÍMICA-GO

Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Eduardo Cunha Zuppani
Fone (62) 3212-3794/
Fax 3225-0074
sindquimica@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás
Presidente: José Divino Arruda
Fone/Fax (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

Anápolis

**Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis-GO
CEP 75113-630 Fone/Fax: (62) 3324-5768 e 3311-5565
sind.industria@terra.com.br**

SIAA

Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis
Presidente: Wilson de Oliveira

SICMA

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis
Presidente: Álvaro Otávio Dantas Maia

SINDIFARGO

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Marçal Henrique Soares

SIMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis
Presidente: Robson Peixoto Braga

SINDICER

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás
Presidente: Henrique Wilhelm Morg Andrade

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis
Presidente: Jair Rizzi

Senhor empresário: A FIEG é integrada por 35 sindicatos da indústria, com sede em Goiânia, Anápolis e Rio Verde. Conheça a entidade representativa de seu setor produtivo. Participe. Você só tem a ganhar.

REAÇÃO AO “NOVO COLONIALISMO”

■ Lauro Veiga Filho

Numa visão mais estratégica, o País não pode submeter sua política de inovação “à lógica sistêmica e instantânea” da comunidade global do conhecimento. Isso corresponderia a “aceitar passivamente a situação de nova colônia, condenando o País à condição de exportador de produtos primários”, dispara o presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Luis Manoel Rebelo Fernandes. “Estaremos exportando nosso patrimônio genético, que será revendido ao País com valor agregado, impondo condição de dependência e papel subalterno na nova divisão internacional do trabalho, numa espécie de novo colonialismo incapaz de sustentar o desenvolvimento e que não gera riquezas para serem distribuídas ao povo.” De passagem por Goiânia, em junho, Fernandes anunciou um pacote com volume recorde de recursos para pesquisa e desenvolvimento e concedeu a seguinte entrevista à **Goiás Industrial**.

Goiás Industrial – Qual o objetivo dessa visita a Goiânia?

Luis Manoel Rebelo Fernandes – Basicamente, são dois objetivos. O primeiro é divulgar programas



“Eu diria que há uma crescente consciência da importância crucial da inovação gerar competitividade no Brasil e aqui em Goiás. Essa compreensão, no entanto, ainda não penetrou no grau e na abrangência necessários”

e iniciativas da Finep que podem apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado e colocar à disposição das instituições de pesquisa, das universidades, dos pesquisadores, dos inovadores e das empresas todos esses instrumentos de apoio à inovação que operamos na Finep. O segundo objetivo é firmar três documentos totalizando investimentos da Finep em Goiás de R\$ 24,5 milhões

em vários programas que atendem tanto à infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica, em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado, quanto nova rede de pesquisas em biodiesel, além do lançamento de novo edital Pappe Subvenção Integração para apoio a micro e pequenas empresas.

Goiás Industrial – O sr. poderia detalhar os três acordos firmados recentemente com o governo do Estado e com a Universidade Federal

de Goiás (UFG)?

Fernandes – Para a área empresarial direta, firmamos um convênio por meio do qual a Finep vai aportar R\$ 11 milhões, com contrapartida do governo de Goiás de R\$ 5,5 milhões, totalizando R\$ 16,5 milhões, portanto, para lançar edital de apoio à inovação em micro e pequenas empresas no Estado. Trata-se, como disse, do Pappe Integração, que é um mecanismo de subvenção econômica direta para empresas, atendendo às prioridades do desenvolvimento regional. Assinamos também o aporte de aproximadamente R\$ 7,5 milhões para o programa de apoio a projetos estruturantes do sistema estadual de ciência, tecnologia e inovação de Goiás, que, na verdade, é para infraestrutura laboratorial do Centro Tecnológico de Goiás, numa parceria entre a Finep e a Sectec. A terceira iniciativa é, na verdade, um projeto de uma rede nacional, coordenada pela Universidade Federal de Goiás, para desenvolvimento de tecnologias para a produção de biodiesel a partir de microalgas, somando um aporte de R\$ 6 milhões. No total, trata-se de um aporte significativo de R\$ 24,5 milhões.

Goiás Industrial – O empresário hoje já tem a correta percepção da importância de investir em inovação?

Fernandes – Eu diria que há uma crescente consciência da importância crucial da inovação gerar competitividade nas empresas no Brasil e aqui em Goiás. Essa compreensão, no en-

tanto, ainda não penetrou no grau e na abrangência necessários. Temos pela frente um trabalho ainda de consolidação dessa compreensão das empresas em relação a essa importância crítica da inovação. Ao mesmo tempo, o poder público tem de criar instrumentos de indução adequados para estimular as empresas a inovar e apostar mais na inovação como o caminho para a competitividade e menos nos ganhos de aplicações financeiras que, infelizmente, no País, ainda remuneram muito e alimentam atitudes mais conservadoras em setores empresariais. Este, na verdade, é um desafio nacional.

Goiás Industrial – Nos últimos três anos, qual foi o volume de investimentos contratados, com recursos da Finep, para pesquisa, desenvolvimento e inovação em Goiás?

Fernandes – Esses números totalizam R\$ 41 milhões no período e serão agora incrementados por esse conjunto de iniciativas que foram assinadas em junho passado. Mas teremos várias novas iniciativas porque há outros editais cujos resultados ainda estão por sair. Até o final de julho, pretendemos lançar um programa equivalente ao Proinfra, que é destinado a instituições públicas, mas com foco para universidades privadas que tenham programas de pós-graduação credenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Goiás Industrial – Historicamente, a empresa privada sempre



“Em geral, o que se tem é compra de máquinas, que implicam inovação limitada e incremental do processo produtivo interno das empresas. Temos de avançar muito, mas acho que nós estamos indo no caminho certo”

investiu muito pouco em inovação, proporcionalmente ao Produto Interno Bruto (PIB), mas houve evolução recente desse investimento. Isso já seria reflexo da reestruturação ocorrida mais recentemente no sistema brasileiro de inovação?

Fernandes – Acho que sim. Pode-se considerar que esse avanço recente reflete tanto essa reestruturação quanto uma tomada de consciência,

de assimilação crescente da importância crítica da inovação para a competitividade empresarial. Estamos num processo de amadurecimento. Ainda temos muito que avançar, porque os dados mais recentes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que o universo de empresas inovadoras entre o total de empresas brasileiras ainda é baixo. E, entre as empresas inovadoras, o percentual daquelas que de fato inovam para o mercado é mais baixo ainda. Em geral, o que se tem é compra de máquinas, que implicam inovação limitada e incremental do processo produtivo interno das empresas. Temos que avançar muito, mas acho que nós estamos indo no caminho certo.

Goiás Industrial – Quais são os avanços que merecem registro nessa fase mais recente da Finep?

Fernandes – Acredito que, em primeiro lugar, o aumento dos recursos para investir em ciência, tecnologia e inovação. O orçamento da Finep para desembolsos destinados ao setor em 2010 é de R\$ 4,35 bilhões. Em 2002, esses desembolsos foram inferiores a R\$ 500 milhões, ou mais precisamente de R\$ 473 milhões. Multiplicamos os investimentos da Finep por nove nesse período. O segundo ponto é que houve uma incorporação da agenda da inovação na política nacional de desenvolvimento econômico e na política nacional de ciência e tecno-

logia, materializada nesses novos instrumentos, com aprovação da Lei de Inovação, a criação da subvenção econômica, associada ao aumento dos recursos para o crédito à inovação destinado às empresas. Este é um momento muito favorável, destacadamente, não só porque a inovação foi incorporada ao discurso político, mas isso foi materializado em instrumentos de programas de apoio à inovação nas empresas via parceria com instituições de ciência e tecnologia.

Goiás Industrial – A expectativa é de que o investimento privado em pesquisa e desenvolvimento alcance 0,65% do Produto Interno Bruto (PIB)...

Fernandes – Essa era a meta. Não sei se vamos chegar lá. A meta global previa um investimento de 1,5% do PIB em ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, dos quais 0,65% seriam do setor privado. Não temos ainda esses dados completos porque, no meio da crise do não passado, tivemos contingenciamento de parte dos recursos nossos destinados à subvenção econômica e as empresas enfrentaram algumas dificuldades para manter planos de investimento. Mas acredito que devamos chegar ao final do ano a um percentual próximo a 1,3%. Desse percentual, o investimento público ainda será predominante, na faixa entre 0,7% e 0,8%, o que já nos aproxima do padrão de investimento público dos países centrais, proporcionalmente ao PIB. Nosso desafio é que, nesses países,

esse investimento público alavanca um investimento privado duas a três vezes maior.

Goiás Industrial – Essa tem sido uma reclamação do setor privado.

Fernandes – No nosso caso, isso é um sinal de amadurecimento, porque o quadro de escassez de crédito não havia se configurado na Finep até há um ano atrás. Esse cenário começa a surgir de um ano para cá e ele não se configura por redução dos recursos para crédito. Ao contrário, houve vigorosa ampliação no volume. Na minha opinião, esse é mais um indicador da crescente incorporação do tema da inovação nas estratégias empresariais nacionais, que se materializa na demanda concreta por crédito.



“Nosso desafio (é) encontrar os mecanismos para que esse investimento público alavanque um investimento privado em inovação (...) duas a três vezes maior”

Goiás Industrial – O sr. poderia comentar a importância da inovação para o processo de desenvolvimento dos países mais bem-sucedidos no mundo.

Fernandes – De fato, digamos assim, a relação desigual do que seria um novo estatuto colonial da sociedade do conhecimento é uma divisão internacional do trabalho cristalizada em que determinados países proveem o mercado mundial de produtos primários, sem agregação de valor mais relevante, e os processos de agregação de valor, via desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias, ocorrem nos países que são sede das empresas com maior capacidade para esse desenvolvimento. Isso, de fato, nos condenaria a uma situação de subalternidade e de pobreza, de não gerar riquezas em condições de serem distribuídas no País. O que os grandes países em desenvolvimento, e alguns nem tão grandes assim, têm feito é incorporar a suas políticas nacionais de desenvolvimento políticas muito fortes e ativas de estímulo à geração de conhecimento nacional e da inovação nacional. A China tem feito isso com muito sucesso tanto na ponta da aplicação de inovações na empresa – e isso se materializa no grande número de patentes registradas em escritórios internacionais – quanto também no crescimento da produção científica.

O Brasil se orgulha muito de ter passado de 0,4% da produção científica mundial nos anos 1980 para 2,2% hoje, mas a China, em igual período, passou dos mesmos 0,4% para 7%. O que isso mostra é que está havendo desconcentração da capacidade de geração do conhecimento no mundo. Não é uma desconcentração es-



“O investimento público (em P&D) ainda será predominante, na faixa entre 0,7% e 0,8%, o que já nos aproxima do padrão de investimento público dos países centrais”

pontânea, mas fruto de políticas estatais, políticas nacionais ativas, promotoras do desenvolvimento e da inovação nas sociedades nacionais. Ao entrar por esse caminho, o Brasil está se alinhando com a experiência dos países que têm garantido o desenvolvimento e o crescimento

econômico. Este é um novo momento, onde há políticas ativas de promoção da inovação, articuladas com políticas industriais bem desenhadas, com foco estratégico. Isso alinha o Brasil nesse rol de novos polos em ascensão no mundo.

Goiás Industrial – O Brasil vai depender essencialmente dos seus próprios recursos para atingir níveis semelhantes.

Fernandes – O investimento em inovação é um investimento produtivo e não é dado por atividade especulativa. Esse é o nosso dilema. Se você continuar remunerando fortemente atividades especulativas no mercado financeiro nacional, você não vai estimular uma cultura de inovação nas empresas, porque elas têm retorno assegurado em aplicações financeiras. O que temos de fazer é trazer o investimento estrangeiro que gera conhecimento no País. Por exemplo, a IBM procurou várias áreas do governo para instalar centros de pesquisa e desenvolvimento no Brasil. Isso nos interessa. Porque, sediados esses centros de pesquisa no País, isso irradia capacidade de geração de conhecimento, gera conexões e parcerias com outras empresas e instituições de ciência e tecnologia no País. Parte da agenda é, sim, trazer investimentos para o Brasil, mas investimentos que gerem conhecimento no País e não simplesmente importem pacotes tecnológicos desenvolvidos em suas matrizes, porque isso reforça a relação de dependência e não gera cadeias de agregação de valor.



Condecoração: José Alencar é cumprimentado pelo governador Alcides Rodrigues, observado pelos presidentes da CNI, Robson Andrade, e da Fieg, Paulo Afonso Ferreira

MOMENTO DE DEFINIÇÕES

Fieg reúne, no mesmo espaço, representantes do setor empresarial e da área política e defende união de todos para o “salto definitivo”

A cerimônia de entrega da Medalha da Ordem do Mérito Industrial, mais elevada comenda do setor, foi marcada, neste ano, por uma simbologia especial, refletindo o duplo momento vivenciado pelo País. No setor econômico, a retomada do crescimento após a crise de 2008/2009 exige nova visão do processo de desenvolvimento, determinada pela necessidade de salto na área da competitividade, como defenderam tanto o presidente em exercício da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, como o titular da presidência da Fieg, Paulo Afonso Ferreira.

Na área política, o País atravessa período

igualmente de definições, em que seu futuro e o futuro de sua economia são – ou deveriam ser – o foco dos debates. “Neste momento, nossos olhos estão voltados para as próximas eleições presidenciais. Temos de refletir sobre o próximo período presidencial e atuar sobre os obstáculos que restringem o potencial de crescimento do Brasil”, afirmou Andrade. “Temos de ser obsessivos na construção de um ambiente de negócios que estimule e apoie o desenvolvimento”, insistiu. O vice-presidente da República, José Alencar Gomes da Silva, um dos principais homenageados da noite, espera que a campanha eleitoral seja conduzida em

alto nível “porque o povo brasileiro precisa ser respeitado pelos candidatos. E a forma de os candidatos respeitarem o povo é tratar da campanha com propostas de trabalho e não com baixo nível.”

Antecipando alguns dos objetivos centrais do Mapa Estratégico da Indústria Goiana – Goiás 2020 (*leia matéria de capa desta edição à página 26*), Paulo Afonso declarou que as bases do novo processo de desenvolvimento exigem infraestrutura moderna de transporte, energia, habitação, saneamento e armazenagem, “um Estado desburocratizado, ágil, menos caro e eficiente” e avanços urgentes na área da educação, entre outras iniciativas. “Ao lado do Fórum Empresarial de Goiás, o Sistema Federação das Indústrias está preparado para capitanear esse novo estágio”, disse ele.

Como parte desse esforço, o presidente da Fieg conclamou o setor empresarial “a aprimorar continuamente seus modelos de gestão”, além de trabalhar com foco na sustentabilidade

ambiental e social, agregar valor à produção por meio de novas tecnologias e contribuir para o adensamento das cadeias produtivas. “Falta ao nosso País o salto definitivo, plenamente possível como decorrência de uma única circunstância: a da união de todos os brasileiros”, arrematou.

Não deixa de ser simbólico, nesse sentido, o fato de a solenidade de entrega da comenda a oito personalidades do mundo empresarial – entre elas, o vice-presidente da República, José Alencar Gomes da Silva – e a uma instituição, o Tribunal Regional do Trabalho 18ª Região, por seu 20º aniversário, ter reunido empresários e políticos num mesmo espaço. “Não podemos ter empresas de um lado e os políticos de outro. O mundo inteiro pensa em interligar esses dois setores. A presença de políticos aqui, hoje, é importante porque caracteriza essa união, num esforço em busca de resultados positivos para o Estado”, acrescentou Paulo Afonso, em entrevista à imprensa.

Presente à cerimônia, o governador do Estado, Alcides Rodrigues Filho, destacou o desempenho do setor industrial goiano. “A indústria tem cumprido um papel fundamental para o desenvolvimento do Estado, não só pela geração de empregos, mas principalmente pelos resultados com relação ao ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e pelas oportunidades crescentes criadas pelo setor”, declarou.



“Temos de ser obsessivos na construção de um ambiente de negócios que estimule e apoie o desenvolvimento”

Robson Braga de Andrade, presidente eleito da CNI



Paulo Afonso: País exige um “estado desburocratizado, ágil, menos caro e eficiente”

Os homenageados

Instituída em 1958 pela CNI e em 1968 pela Fieg, a Ordem do Mérito Industrial é concedida a personalidades e instituições a título de reconhecimento pelo papel desempenhado em favor do desenvolvimento socioeconômico do Estado e do País. A solenidade de entrega da comenda foi realizada no dia 1º de julho, no Sesi Clube Antônio Ferreira Pacheco, sob comando dos presidentes da CNI, Robson Andrade, e da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, anfitrião da cerimônia.

Como destaque principal, a Fieg homenageou o vice-presidente da República, José Alencar. Escolhido por aclamação pelo Conselho da Fieg, Alencar “tornou-se o mais importante interlocutor entre o governo federal e o setor empresarial”, conforme frisou Paulo Afonso ao saudar o vice-presidente, ressaltando ainda sua “fortaleza e grandeza” diante das adversidades.

Outros sete representantes do mundo empresarial e político também foram condecorados: o diretor da Agroquima Produtos Agropecuários, Agripino Bastos Santos; o presidente da Eternit, Élio Antônio Martins; o presidente da Gravia Esquadrias Metálicas Indústria Metalúrgica, José Pereira Gravia; o secretário de Planejamento do Estado de Goiás, Oton Nascimento; o diretor-presidente da Jalles Machado, Otávio Lage de Siqueira Filho; o diretor-presidente da Realmix Concreto, Reginaldo de Aquino Porto; e o Tribunal Regional do Trabalho 18ª Região, representado pelo desembargador Mário Sérgio Pottazzo, em homenagem pelos 20 anos de criação e funcionamento da instituição.

O deputado federal e presidente do conselho de administração do Grupo Mabel, Sandro Antônio Scordro Mabel, por sua vez, recebeu a Ordem do Mérito Industrial da CNI. Mabel foi uma das dez lideranças destacadas pela CNI neste ano, lembrou Paulo Afonso.

Competitividade, o nome do jogo

Ainda marcado por incertezas e pela ameaça de uma recaída recessiva, o processo de reerguimento da economia mundial no pós-crise transforma a produtividade numa “questão chave” para qualquer país que tenha pretensões de assumir papel de protagonista no mercado global, destacou Robson Andrade, presidente eleito da CNI. E, por enquanto, o Brasil ainda figura entre aqueles que ainda têm um longo caminho a percorrer se quiser se equiparar aos primeiros da lista.

“Infelizmente, o País não é uma economia competitiva hoje”, disparou Andrade, ao ser provocado pela imprensa antes da abertura da cerimônia conjunta de outorga do Mérito Industrial da Fieg e da CNI. “Tanto a indústria quanto os demais setores da economia enfrentam diversas dificuldades na competitividade, desde a carga tributária muito elevada, infraestrutura deficiente, burocracia muito grande e custo do dinheiro igualmente elevado”, disse, sob aprovação do vice-presidente José Alencar, um crítico da política monetária adotada pelo País.

“O regime de juros no Brasil é equivocado. Não podemos de forma alguma permitir que as taxas de juros elevadas impeçam um crescimento de acordo com o potencial de desenvolvimento da economia brasileira”, comentava o vice-presidente, minutos antes da declaração de Andrade.

Além do custo elevado do crédito, emendou o presidente da CNI, “o Brasil é praticamente o único país do mundo onde você paga impostos para investir e normalmente gasta 30% de seu investimento em impostos, antes mesmo de começar a produzir.” Adicionalmente, prosseguiu, “é um país que exporta impostos porque as exportações brasileiras são taxadas.” O País, defendeu Andrade, deve cuidar de “desonerar investimentos e exportações, melhorar a relação entre trabalho e capital para que possa ser realmente competitivo.”



JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

O vice-presidente da República nasceu em 17 de outubro de 1931, no lugarejo de Itamuri, município de Muriaé, na Zona da Mata mineira. Empresário e político, fundou em 1967, em Montes Claros, a Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas), hoje um dos maiores grupos industriais têxteis do País. Dedicou-se também às entidades de classe empresarial, tendo sido presidente do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e vice-presidente da CNI.



SANDRO ANTÔNIO SCODRO MABEL

Nascido em Ribeirão Preto (SP) e formado em Administração de Empresas, Sandro Mabel é deputado federal e presidente do Conselho de Administração do Grupo Mabel. À frente do Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás (Siaeg) e integrante do Conselho de Representantes junto à Fieg e CNI, presidiu também o Conselho Temático das Relações do Trabalho da Fieg.



OTÁVIO LAGE DE SIQUEIRA FILHO

Natural de Uberaba (MG), Otávio Lage de Siqueira Filho é formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais e Administração de Empresas no Centro de Ensino Unificado de Brasília. Filho do ex-governador Otávio Lage de Siqueira, atua em entidades de classe, como Sifaeg, Fieg e Adial. Atualmente, é diretor-presidente da Jalles Machado, sediada em Goianésia (GO).



ÉLIO ANTÔNIO MARTINS

Mineiro, veio para Hidrolândia (GO) ainda criança. É formado em Direito, com especialização em Gestão Empresarial. Atualmente, ocupa a presidência do Grupo Eternit, integra o Cosema (Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp), é vice-presidente do Sinprocim (Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de São Paulo) e diretor do IBC (Instituto Brasileiro do Crisotila).



JOSÉ PEREIRA GRAVIA

Português de Vila Nova de Ourém, José Pereira Gravia veio com a família para o Brasil em 1951, aos 15 anos. Aqui, aprendeu a profissão de serralheiro. Em meio à construção de Brasília, montou em sociedade com os irmãos sua própria serralheria, hoje o maior grupo metalúrgico do Centro-Oeste. Gravia é diretor-presidente do Grupo Gravia.



OTON NASCIMENTO JÚNIOR

Atual secretário de Planejamento e Desenvolvimento de Goiás, Oton Nascimento Júnior foi deputado estadual e secretário da Fazenda. Goianiense, é formado em Engenharia Civil, pela Universidade Nacional de Brasília, em 1973, com pós-graduação em Computação Eletrônica e Relações Públicas. Com grande experiência na vida pública, é também empresário na área de projetos de engenharia e produtor rural.



AGRIPINO BASTOS SANTOS

Nascido na cidade de Cordisburgo (MG), veio em 1970 para Goiás, onde, em 1973, foi um dos fundadores da Agroquima Produtos Agropecuários Ltda. Em 1997, tornou-se sócio da indústria GEM - Agroindustrial e Comercial Ltda. É graduado em Engenharia Mecânica e Elétrica pela UFMG e pós-graduado em Engenharia Eletrônica e Econômica, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.



REGINALDO DE AQUINO PORTO

Filho do ex-presidente da Fieg José Aquino Porto, nasceu em Goiânia, onde graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Goiás, com pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho. É diretor da Realmix Concreto Ltda., professor do curso de Especialização de Engenharia de Segurança do Trabalho da UFG e professor convidado do curso de Graduação de Engenharia Civil da UFG.



TRT DA 18ª REGIÃO

A criação do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região trouxe para Goiás importantes benefícios na área jurídica e nas relações do trabalho. Por seus 20 anos de funcionamento, a instituição teve seu trabalho reconhecido pela Fieg. Atualmente, o tribunal é presidido por Gentil Pio de Oliveira e foi representado, na solenidade, pelo desembargador Mário Sérgio Pottazzo (foto).

QUALIFICAÇÃO SUPERA BARREIRAS SOCIAIS

Senai Goiás realiza diversas ações de educação profissional para pessoas com deficiência. A iniciativa busca facilitar o acesso ao mercado de trabalho e atender à demanda das indústrias

■ Andelaide Lima

Deficiente mental, Marcelo Costa, de 28 anos, trabalha há pouco mais de um ano como auxiliar de produção na indústria de móveis Sicmol. Ele conquistou o primeiro emprego após concluir um curso de marcenaria, ministrado no ano passado pela Faculdade de Tecnologia Senai Ítalo Bologna, em parceria com o Instituto Cooperforte. “Estou me sentindo útil com o trabalho que realizo”, diz. Colega de Marcelo na empresa e igualmente deficiente mental, Fernando Martins, de 24 anos, comemora o fato de ter aprendido uma profissão. “Não achei difícil o trabalho na indústria porque fiz o curso no Senai. Estou feliz com o emprego.”

Em ambos os casos, a qualificação profissional faz parte do Programa Senai de Ações Inclusivas (Psai) – leia matéria correlata.

Formada em comunicação social pela Universidade Federal de Goiás, a funcionária pública Fátima Martins é outro exemplo de que a deficiência não é empecilho para quem quer crescer profissionalmente. Com cegueira parcial, ela buscou na qualificação um meio de superar suas limitações físicas. No ano passado, Fátima fez



Marcelo Costa, auxiliar de produção:
“Estou me sentindo útil com o trabalho que realizo”

curso de informática, técnicas de falar em público e de qualidade no atendimento ao cliente, oferecidos pela Faculdade de Tecnologia Senai de Desenvolvimento Gerencial (Fatesg), dentro da parceria com a Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Goiás (Adveg).

“Pretendo fazer outros cursos para



Fernando Martins: “Não achei difícil o trabalho na indústria porque fiz o curso no Senai”

melhorar cada vez mais o desempenho no trabalho e incrementar meu currículo. O deficiente visual tem algumas dificuldades que podem ser vencidas com treinamento, mas, para isso, é preciso querer se qualificar, ir à luta, enfrentar o preconceito e mostrar que também somos capazes de atuar no setor produtivo”, enfatiza.



Fátima Martins: “É preciso querer se qualificar, ir à luta e enfrentar o preconceito”

ADAPTAÇÃO

O diretor Financeiro e Administrativo da Adveg, Trajano Figueiredo, compartilha da opinião de Fátima Martins e acredita que a qualificação ainda é o caminho mais curto para o emprego. “Com perfil voltado para a realidade do mercado de trabalho, a formação profissional abre novas perspectivas



Trajano Figueiredo, da Adveg: qualificação ainda é o caminho mais curto para o emprego

Parcerias ampliam educação inclusiva

As atividades desenvolvidas para deficientes integram o Programa Senai de Ações Inclusivas (Psai), implantado em 2000 com a finalidade de promover a capacitação profissional e o acesso ao mercado de trabalho de pessoas que, por algum motivo socio-cultural, econômico ou por preconceito, são discriminadas.

Em 2009, o Senai Goiás qualificou em diversas ocupações 335 pessoas com deficiência visual, auditiva, mental, física e múltipla. Um dos cursos oferecidos é o de auxiliar administrativo, ministrado pela Unidade Integrada Sesi Senai Aparecida de Goiânia, por meio de convênio mantido com a Secretaria Estadual de Educa-

ção, que prevê parceria na oferta de cursos profissionalizantes para alunos da rede regular de ensino em Goiás que tenham algum tipo de deficiência.

De janeiro a abril deste ano, mais de 200 deficientes foram matriculados na instituição. Além da qualificação voltada para esse público, o Senai também promoveu, em maio, capacitação para professores que lidam com alunos deficientes. Cerca de 50 docentes da rede estadual de ensino participaram da programação estruturada pela Fatesg em parceria com a Secretaria Estadual de Educação.

Coordenadora do Programa Senai de Ações Inclusivas em Goiás, Margareth Tomazett diz que o principal objetivo é

garantir educação pautada na justiça social. “A proposta do trabalho é conviver com a diversidade, ampliando a noção de inclusão e de igualdade social, além de atender às demandas das indústrias e aos anseios das pessoas com deficiência, que buscam na educação profissional oportunidades de ingresso no mercado de trabalho”, ressalta.

As ações inclusivas desenvolvidas pelo Senai em Goiás são realizadas em parceria com diversas instituições de apoio aos deficientes, como a Associação do Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae/Goiás), Fundação Pestalozzi, Associação dos Deficientes Físicos de Goiás (Adfego), Associação dos Surdos de Goiás, entre outras.



Cidinha Siqueira: empresas precisam conhecer melhor a capacidade das pessoas com deficiência

para os deficientes, aumentando sua empregabilidade.”

Gerente de Recursos Humanos da mineradora Anglo American em Niquelândia e Barro Alto, Marcos Cangussú conta que a empresa fez mapeamento em Barro Alto e região, com intuito de encontrar pessoas deficientes

Gestão e informática

Em outra ação destinada à qualificação de deficientes, a Fatesg/Senai iniciou em agosto o curso de auxiliar administrativo para pessoas com deficiência. A programação abrange as áreas de gestão e informática, com carga horária de 119 horas. O conteúdo abordará temas que vão da comunicação interpessoal aos pontos fundamentais no atendimento ao cliente, além de introdução à informática, com Windows, Word, Excel e Internet.

O diretor regional do Senai Goiás, Paulo Vargas, destaca a importância da implantação de novas atividades voltadas para formação de pessoas com deficiência. “Vamos ampliar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, promover o resgate da cidadania, além de contribuir com o fortalecimento das indústrias, oferecendo educação de qualidade para todos, com foco na abertura de oportunidades de emprego.”

em condições de trabalho. “Constatamos que grande parte dessas pessoas não está qualificada e é por isso que, agora, a Anglo American busca parceria com a Unidade Integrada Sesi Senai Niquelândia para estruturar um curso voltado para esse público”, revela. “Além disso, acrescenta, estamos preparando nossos funcionários e as unidades industriais para

melhor receber essas pessoas, com trabalho de sensibilização, projetos de acessibilidade e cursos de linguagem de sinais (Libras).” A previsão é de que, até o fim do ano, a empresa tenha dois funcionários treinados em cada área para facilitar a comunicação entre as pessoas com deficiência e os demais componentes da equipe.

Lei de cotas

Em vigor há quase 20 anos, a Lei 8.213, que estabelece cotas para contratação de pessoas com deficiência proporcionalmente ao número de trabalhadores que as empresas possuem, enfrenta dificuldades para ser cumprida devido à falta de consenso entre as partes envolvidas. A Lei de Cotas determina que empresas com mais de 100 funcionários têm de contratar um percentual mínimo de deficientes, de 2% a 5% de seus quadros, de acordo com seu porte.

Segundo a promotora Janilda Guimarães, do Ministério Público do Trabalho, apesar de sujeitas a multas, são poucas as empresas que cumprem essa obrigatoriedade. “Elas alegam falta de qualificação profissional dos candidatos às vagas oferecidas. Essa justificativa não é verdadeira, uma vez que o Senai, por exemplo, realiza vários

curios para formação de pessoas com deficiência. O problema é que ainda existe muita desinformação sobre o potencial da pessoa deficiente para trabalhar, além do preconceito, é claro. Se as empresas procurassem estabelecer parcerias com instituições como o Senai para qualificação de mais pessoas com deficiências, poderíamos aumentar o número de deficientes empregados. Além disso, o Estado também precisa assumir sua parcela de responsabilidade na qualificação profissional dessas pessoas”, diz.

Deficiente física, a vereadora Cidinha Siqueira (PT) aposta na qualificação para facilitar o acesso ao mercado de trabalho. “A formação profissional aumenta as chances de assegurar uma vaga no setor produtivo, mas o meio empresarial também precisa conhecer melhor a realidade e a capacidade das pessoas com deficiência.”



Janilda Guimarães: preconceito e desinformação sobre potencial de deficientes para trabalhar



Gesmundo Kaial, pai de aluno participante da campanha:
“Faço doação de sangue há 35 anos. Não quero parar jamais”

Sangue e solidariedade

Localizada em um dos bairros mais tradicionais de Goiânia, a Escola Sesi Campinas promove ação de responsabilidade social com o apoio de mais de mil alunos

■ Débora Orsida

O 18 de junho de 2010 foi um dia diferente para o jovem Kelvin Gonzaga Kaial, aluno do 3º ano do ensino médio do Sesi Campinas. Em plena Copa da África do Sul, que mobilizou atenções do mundo inteiro, ele integrou grupo de 300 voluntários que participaram de campanha de doação dentro do Projeto Doe Sangue, Doe Vida, realizado pela escola e que envolveu alunos do



Na fila da doação: voluntários preenchem formulários na Escola Sesi Campinas

ensino fundamental ao médio.

“Fiz 18 anos e agora eu realmente me envolvi no projeto. Antes eu ajudava a turma, mas via essa ação como mais um trabalho da escola. Hoje é diferente, pois pude contribuir para salvar uma vida”, explica o rapaz, que sempre teve incentivo do pai

para participar da campanha.

“Eu faço doação de sangue há 35 anos e achei muito importante a escola desenvolver essa ação e envolver os alunos na campanha de solidariedade e cidadania. Eu participo do projeto do Sesi desde o início e não quero parar jamais”, completa Gesmundo Alves

Kaial, pai de Kelvin.

Pai e filho compartilham da mesma opinião de que uma simples atitude pode salvar vidas. “Não custa nada. Não dói e ainda faz com que a gente se sinta bem em poder ajudar o próximo”, acrescenta Gesmundo, que ainda dá algumas dicas para que as campanhas, desenvolvidas em todo o Estado, tenham mais doadores. “Acho que poderia ter um projeto móvel: a pessoa que quisesse doar ligaria e a entidade enviaria a equipe para colher o sangue. Muitas vezes as pessoas querem doar, mas não sabem como, ou não têm dinheiro nem para o ônibus, ou ainda acham que vai doer”, sugere o doador.



Projeto Doe Sangue, Doe Vida: um grupo de 300 voluntários participou do programa

“Um ato de amor”

Mobilizar a população e a comunidade escolar num projeto de assistência e solidariedade, sensibilizando todos para a importância e a necessidade da doação de sangue, é o principal objetivo do Projeto Doe Sangue, Doe Vida. Elza Fleury, diretora da Escola Sesi Campinas, destaca que durante três meses os alunos se preparam para o evento.

“Eles desenvolvem pesquisa e entrevista nos bancos de sangue da cidade, criam o material de divulgação como folhetos, adesivos, faixas e cartazes, bem como mo-

bilizam a comunidade vizinha da escola e empresários para comparecerem e praticarem esse ato de solidariedade.”

Para a realização da campanha, o Sesi Campinas oferece uma infraestrutura adequada. No salão de festas da instituição, são montadas as macas e o hospital parceiro fica responsável em levar os equipamentos necessários para a coleta do sangue.

Elisa Vaz Borges, professora e coordenadora do projeto, faz avaliação positiva desses nove anos de atuação. “Sabemos

do sucesso do Doe Sangue, Doe Vida pelo aumento anual dos doadores, o apoio dos pais e familiares e, principalmente, pelo engajamento total dos professores e alunos da nossa Escola.”

Ela explica ainda que, com a campanha, muitas pessoas perceberam que doar sangue é simples, rápido e sem dor. “A doação é um ato de amor, de cidadania, é uma ação que pode salvar vidas. É uma atitude nobre ajudar quem precisa, não custa nada e ainda nos deixa muito felizes.”

Requisitos básicos para doação de sangue

- Estar em boas condições de saúde
- Ter entre 18 e 65 anos
- Pesar no mínimo 50kg
- Estar descansado e alimentado (evitar alimentação gordurosa nas quatro horas que antecedem a doação)
- Apresentar documento original com foto emitido por órgão oficial (Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Passaporte)

Impedimentos temporários

- Gripe: aguardar sete dias
- Gravidez: 90 dias após parto normal e 180 dias após cesariana
- Amamentação (se o parto ocorreu há menos de 12 meses)
- Ingestão de bebida alcoólica nas quatro horas que antecedem a doação
- Tatuagem nos últimos 12 meses
- Situações nas quais há maior risco de adquirir doenças sexualmente transmissíveis, como não usar preservativo com parceiros ocasionais ou desconhecidos: aguardar 12 meses

Fonte: Fundação Pró-Sangue – Hemocentro de São Paulo



■ Célia Oliveira

Pedro Paulo Vieira acompanha de perto atividades dirigidas ao estagiário Carlos Roberto Almeida

Profissionais liberais e estagiários

Nova lei sobre contratação de estudantes incrementa parceria proveitosa para o dia-a-dia de trabalho de um e início de carreira do outro

■ Célia Oliveira

No mercado cada vez mais competitivo, tanto empresas quanto profissionais autônomos procuram por mão de obra qualificada e capacitada. Diante dessa realidade, nada melhor que treinar pessoas e o estágio é um caminho para se atingir bom nível intelectual e formar recursos humanos.

Administrador de empresa, Leandro da Cruz Araújo é profissional liberal há três anos e responsável por um consultório odontológico. Como foi estagiário, sabe o quanto é importante ensinar alguém a dar os primeiros passos na carreira. “É duro ter de começar a vida de trabalho sem saber nada”, declara. Por isso, comemora a permissão para contratar jovens talentos e, assim, fazer parte do processo de formação. Ele tem dois estagiários no consultório aberto com a esposa, que

atua como odontóloga, e os admitiu depois da edição da nova lei que regulamenta a contratação por profissional liberal, pois agora se sente mais seguro.

Araújo diz que a convivência é proveitosa para o casal e para os estudantes de nível médio que atuam ao lado dele e no curso técnico em saúde bucal, com a esposa. “Julgo importante proporcionar experiência a alguém e também contar com benefícios”, comenta, ao citar que, em quase dois anos da lei, estagiários já deixaram o consultório empregados e bem remunerados.

Nessa relação, está inserida Daniela Ramos, estudante do ensino médio, que faz o segundo estágio no consultório administrado por Araújo, atuando na recepção. “É importante trabalhar, acumular experiência e ter uma renda que me ajude nos estudos e outras coisas”, afirma.

Em outro exemplo, a Avance Contabilidade também reforçou a equipe com dois estagiários. A contratação deles por Pedro Paulo Vieira, que atua desde 1994 como contador, foi possível graças à nova lei.

Diferentemente de Leandro da Cruz Araújo, Pedro Vieira não foi estagiário e teve muitas dificuldades para começar a carreira. “Tive de contar com pessoas conhecidas que me indicavam as oportunidades, até conseguir o primeiro emprego”, lembra. Por isso, ele contrata estagiários e denomina-se “laboratório” dos dois estudantes que contratou pela primeira vez. “Repasso a eles tarefas práticas como lançamentos, balancetes, conferências de dados, mostro como se faz e depois confiro, explicando todos os procedimentos.”

Ele acrescenta que percebe interesse dos estagiários em aprender e a desenvolver um trabalho responsável e de qualidade aos clientes, preocupação que mantém para dar sustentabilidade à empresa. Conforme diz, contratar estagiários é um ótimo benefício para ajudar no dia-a-dia de quem trabalha sozinho.

Opinião semelhante tem o estudante de ciências contábeis Carlos Roberto Almeida, estagiário na Avance Contabilidade. Mesmo em sua primeira experiência, ele recomenda o estágio aos colegas de sala de aula, ao falar do trabalho junto a um profissional liberal, e espera a contratação posteriormente.

Da indústria ao autônomo

Há quase dois anos, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás) passou a orientar e assistir o estágio a esse outro segmento que oferece oportunidades aos estudantes. Com a edição da nova legislação (11.788, de 25/09/2008), os profissionais liberais ampliam a realização do estágio. Soma-se a toda atualização trazida pela lei o amparo legal para que possam contribuir com o aprendizado do estudante, ajudando-o a se tornar um profissional competente.

Passado o período de adaptação à lei, as empresas voltaram a contratar e a oferta segue crescente porque os profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus órgãos de classe, contam com a prerrogativa legal de contratar estudantes. “Profissionais como engenheiros, arquitetos, advogados, odontólogos, jornalistas, psicólogos, contadores, nutricionistas não somente ampliam as oportunidades de aprendizagem e crescimento aos estudantes, mas contam com jovens comprometidos com a realização de tarefas e conhecimento atualizado advindo da academia”, destaca a gerente do programa de estágio do IEL Goiás, Tarciana Nascimento.

Os efeitos positivos da lei já foram percebidos nas estatísticas

do instituto referentes à contratação de estagiários por profissionais liberais. No ano passado, foram 250 os estagiários admitidos e, nos primeiros cinco meses deste ano, já são 160. A gerente do programa acrescenta que o IEL tem na carteira de clientes cerca de 300 profissionais.

Celeiro de talentos

A contratação de estagiários pela indústria foi e continua sendo importante forma de treinar recursos humanos com especificidades e de prover talentos para as organizações, que ainda têm facilitado seu relacionamento com o meio educacional.

Desde a década de 70, com a edição da primeira lei regulamentadora do estágio curricular para os estudantes, até os dias de hoje, a atividade para milhares de jovens é o primeiro contato com o mercado de trabalho, oportunidade de aplicar conhecimentos teóricos e adquirir experiência prática, desenvolvendo trabalhos compatíveis com sua área de formação.

No âmbito da indústria brasileira, o programa de estágio do IEL sempre se preocupou com a oferta de serviço de qualidade, respeitando a legislação e se adequando à realidade das instituições de ensino e das empresas. Com a meta de desenvolver talentos e qualificar os futuros profissionais para que o setor produtivo aumente sua competitividade por meio de pessoas, o serviço gerenciado pelo IEL trilha por parcerias, projetos e diversas ações para criar novas oportunidades aos estudantes. Como agente de integração, além de intermediar o estágio, o IEL regulariza a relação com os termos e seguros necessários, presta informações e orienta a empresa, estudantes e instituições de ensino.

Tomando o universo da demanda por estagiários – organizações e profissionais autônomos –, o IEL registra, nos últimos cinco anos, ampliação do número de alunos em campo e de empresas contratantes.

Empresa com estagiários | Estagiários sem campo

Média período: 2005 a 2009

6.356

32.750

Fonte: IEL

Legislações aplicadas ao estágio

Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977

Lei nº 8.859, de 23 de março de 1994

Orientação Normativa nº 7, de 30 de outubro de 2008

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008

Fonte: MTE/Cartilha Esclarecedora sobre Lei do Estágio



Camargo Corrêa e uma de suas obras: fornecedores sem certificação não participam sequer do processo de cotação

O passo seguinte

Política de compras de bens e serviços de grandes companhias passa a exigir certificação também nas áreas de gestão ambiental, saúde e segurança

Grandes corporações, como Petrobras, Camargo Corrêa e Companhia do Metropolitan de São Paulo (Metrô), entre outras, passam a incorporar exigências cada vez mais rigorosas em sua política de compras de produtos e de serviços, impondo a seus fornecedores critérios de qualificação e de certificação que vão além dos já conhecidos sistemas de gestão da qualidade. O cardápio de quesitos adotado por esses grandes players do mercado inclui a cobrança de certificação também nas áreas de gestão ambiental, saúde e segurança no trabalho.

Por enquanto, as empresas goianas encontram-se em desvantagem na concorrência com outros fornecedores que já providenciaram esse tipo de certificação, qualificando-se para brigar por um mercado que movimentam milhões e, em alguns casos, até bilhões de reais, segundo constata a equipe do Instituto de Certificação Qualidade Brasil, integrante do Sistema Fieg. Apenas o plano de investimentos da Petrobras prevê recursos de R\$ 249,8 bilhões entre 2011 e 2014 e mais R\$ 462,0

bilhões após 2014, somando nada menos do que R\$ 711,8 bilhões.

A Camargo Corrêa, uma das maiores empreiteiras do País, considera que os critérios adotados até há pouco tempo não atendem à nova realidade do mercado, impondo outros desafios às empresas. “No passado, uma organização considerada vitoriosa era aquela que conciliava satisfação de clientes externos com rentabilidade dos negócios. Hoje, isso não é suficiente, ou seja, temos de agregar a satisfação de todas as partes interessadas no nosso negócio”, afirma a construtora.

Com esse objetivo, será preciso produzir com responsabilidade ambiental, preservando a saúde e a segurança de todos os envolvidos em qualquer empreendimento. “Desta forma”, acrescenta a empresa, “criamos sistemas que buscam garantir estes requisitos e estendemos estas exigências a nossa base de fornecedores.” A Camargo Corrêa considera as certificações nessas áreas “de tal forma

relevantes que, antes mesmo de discutir condições comerciais, o fornecedor potencial deve ser pré-qualificado nestas disciplinas. Isto quer dizer que quando um fornecedor não atende às condições mínimas de saúde, segurança, meio ambiente e responsabilidade social, ele nem participa do processo de cotação.”

Aldoney Freire Costa, chefe da Divisão de Acreditação de Organismos de Certificação do Inmetro, afirma que a certificação baseada na ISO 14001, aplicada à área de gestão ambiental, aumenta o nível de confiança entre as partes. “Uma organização com um sistema de gestão ambiental certificado demonstra que está gerenciando suas interações com o meio ambiente e demonstrando seu compromisso de prevenir a poluição, atender aos requisitos legais e outros aplicáveis e, continuamente, aperfeiçoando seu sistema de gestão ambiental a fim de alcançar melhorias no seu desempenho ambiental”, diz Costa.

“O que dizer das empresas, que hoje convivem com a realidade cruel de um custo-trabalhador na faixa dos 102,43% de cada salário que é pago?”



Orizomar Araújo de Siqueira

Presidente do Conselho Temático de Relações do Trabalho da FIEG

A falta da reforma e a presença do custo Brasil

Depois que o Congresso Nacional aprovou a Lei Ficha Limpa – logo em seguida endossada na sua plenitude pelo Supremo Tribunal Federal –, passou a crescer na consciência crítica nacional a expectativa de que o Brasil possa avançar com a reforma política, considerada a “mãe das reformas”, a partir de um processo de pressão social. Ou seja: como se deu na Ficha Limpa, um movimento de fora para dentro, tocado pela manifestação da sociedade brasileira, pedindo a mudança.

O objetivo não estaria tão distante de ser alcançado, considerando-se que estão em marcha propostas oriundas dos movimentos populares que passam por alterações de fundo no sistema político nacional e que incluem a discussão da obrigatoriedade do voto. E se desdobram daí para outras ideias, como a de um corte drástico no conjunto dos partidos políticos reconhecidos pela Justiça Eleitoral e novos ordenamentos que possam mais se aproximar do sentido da decisão do eleitor, como é o caso do voto distrital, que daria caráter majoritário ao processo de composição das casas legislativas.

Mas esta é uma pauta especificamente para a classe política. O outro lado deste País onde as realidades se fazem, como sejam a atuação das empresas, gerando emprego e renda, e a resposta do trabalhador, pondo seu suor na execução dos empreendimentos que vêm levando à construção do Brasil-grande, tem de estar em busca é de um patamar de



equilíbrio entre o que se empreende e o quanto custa o que está sendo empreendido.

A relação clássica do trabalho, se soma o capital à mão de obra, tem seu equilíbrio no custo. Nesta fase de prosperidade pela qual o Brasil está passando, há muito investimento e, portanto, muita busca de mão de obra, mas sob um risco permanente, pelo baque contínuo localizado na carga tributária cada vez maior. Os últimos levantamentos mostram que toda a riqueza gerada no País (PIB) está sendo consumida em 37,4% nos impostos que recaem sobre os ombros da sociedade. E se, numa eventual folga, abre-se o consumo, reativa-se a pressão tributária, aumentando-se os juros para que a política econômica oficial se anteponha à escala inflacionária.

Não temos ido ao âmago da questão, que é a abordagem mais abrangente em torno de todo esse conjunto de fatores que desaguardam no chamado custo Brasil, hoje um dos maiores do mundo. Ao praticar aquela que é a taxa de juros mais elevada do Planeta, o Brasil

onera a produção, ao invés de incentivá-la, e acaba também por punir o trabalhador, a cuja conta doméstica acabam chegando os resíduos dessa conta elevada e que as políticas oficiais não estão tendo como segurar. E o que dizer das empresas, que hoje convivem com a realidade cruel de um custo-trabalhador na faixa dos 102,43% de cada salário que é pago? Como resistir a isso?

Esta é a pauta que se recomenda para o País que vai sair das urnas de outubro próximo. O debate presidencial precisa encarar esse tema, dentre outros que hoje se somam na formação de um universo carregado de preocupações.

Com a agenda política consumida pelo processo eleitoral, o Brasil não terá espaço para tratar da pauta das reformas. E só poderá ativá-la depois de conceber e de dar prática à reforma política, que é apropriadamente chamada de a “mãe das reformas”. Precisamos muito da reforma tributária e da reforma trabalhista. Mas é imperioso considerar que a elas não há como chegar, se não a partir da consumação de uma outra reforma – aquela que modernize o sistema político e eleitoral, com um número bem menor de partidos, com espírito judicioso conduzindo a destino do voto popular, e com uma espécie de pacto ético que leve à predominância do interesse público sobre o jogo de interesses que hoje, infelizmente, baliza a atividade política no País.

A NOVA F CRESCIM

Ambicioso em suas metas e propostas, o projeto Goiás 2020 – Indústria Rumo ao Futuro fixa as bases para o “novo salto” da economia estadual

■ Lauro Veiga Filho

O caminho para conferir relevância e substância à indústria goiana passa, necessariamente, por uma articulação ampla entre os diversos atores da cena econômica e política estadual, exigindo uma combinação de esforços ainda inédita e que, na prática, começou a ser construída há pouco mais de seis meses. O trabalho até aqui desenvolvido, sob a liderança da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), envolveu “mais de uma centena de lideranças empresariais e políticas, entidades e instituições públicas e privadas, além do mundo acadêmico, para termos um panorama do que precisamos para que nossa economia possa dar um novo salto”, afirma o presidente da federação, Paulo Afonso Ferreira.

Os resultados estão expressos no Mapa Estratégico da Indústria Goiana, ferramenta de gestão elaborada com a consultoria da 3GEN Gestão Estratégica, a mesma que contribuiu para a formulação do mapa da indústria brasileira, produzido pela Confe-



Caminhos para avançar: indústria goiana terá de crescer pelo menos três pontos percentuais acima do aumento previsto para o setor industrial em todo o País

ROTA DO MENTO

deração Nacional da Indústria (CNI). “Seus objetivos transcendem os interesses da federação e da própria indústria, confundindo-se com os interesses maiores do Estado”, comenta Paulo Afonso.

Por sua vez, o mapa goiano é a peça central do projeto Goiás 2020 – Indústria Rumo ao Futuro, que propõe uma estratégia voltada para o aumento da competitividade do setor, de forma a estimular a desconcentração do desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, reforçar o peso de produtos com maior valor agregado no portfólio das empresas industriais do Estado, ampliar sua participação no comércio internacional e contribuir para a geração de emprego e renda, sem os desequilíbrios atuais e de forma ambientalmente sustentada no longo prazo.

Paulo Afonso destaca ainda a parceria acertada com a Organização Jaime Câmara, que vai acompanhar e divulgar o mapa, seus indicadores e projetos em todo o Estado, o que permitirá assegurar nova dimensão ao debate pretendido.



Ritmo acelerado: até 2020, setor industrial espera responder por quase um terço do PIB estadual



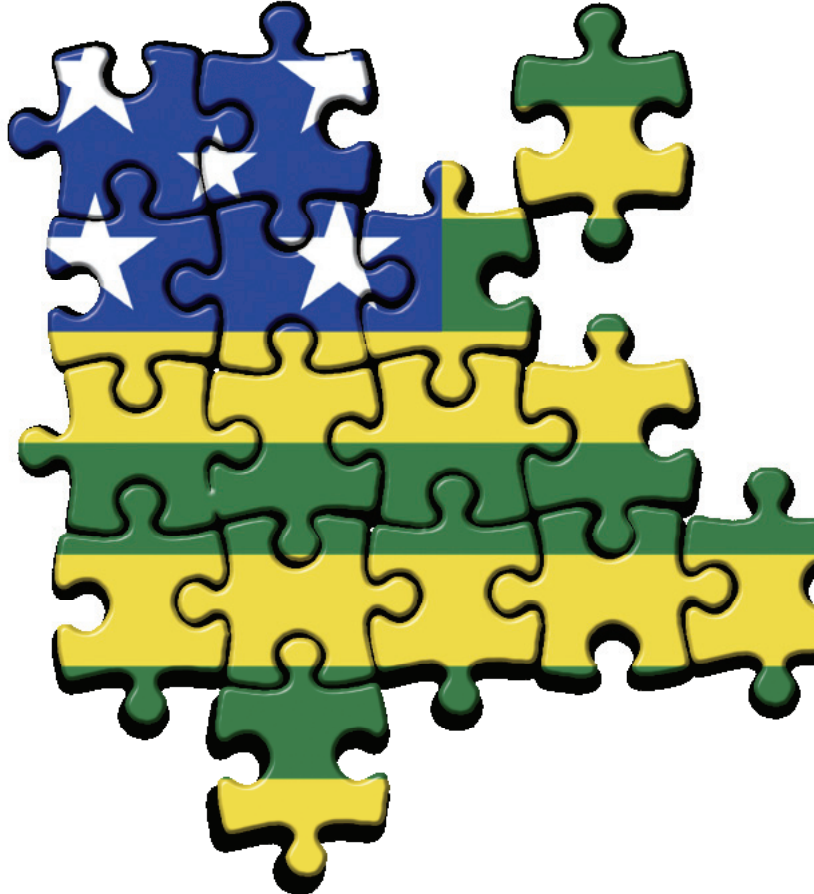
“A Fieg claramente abriu mão de ser o centro de todo o projeto para que outros interlocutores pudessem participar de forma mais ativa”

ROBERTO CAMPOS DE LIMA, SÓCIO-DIRETOR DA 3GEN GESTÃO ESTRATÉGICA



“Seus objetivos transcendem os interesses da federação e da própria indústria, confundindo-se com os interesses maiores do Estado”

PAULO AFONSO FERREIRA, PRESIDENTE DA FIEG



Um processo democrático

Talvez a principal característica de todo o trabalho já desenvolvido, observa o consultor Roberto Campos de Lima, sócio-diretor da 3GEN, esteja precisamente na participação democrática e no envolvimento de diversas instituições e entidades privadas e públicas. “A Fieg claramente abriu mão de ser o centro de todo o projeto para que outros interlocutores pudessem participar de forma mais ativa, estabelecendo-se, inclusive, uma conexão muito grande com o Plano Goiás 2030, do governo estadual”, acrescenta.

Parte do material levantado e dos diagnósticos incluídos no Mapa Estratégico, informa o secretário estadual de Planejamento, Oton Nascimento Júnior, serão aproveitados na construção do Plano Goiás 2030, que deverá deixar para os próximos governos um banco de projetos em áreas estratégicas, com estudos de viabilidade econômica, ambiental e de engenharia já concluídos. “Será um apoio decisivo para o sucesso do nosso programa”, afirma Nascimento.



Desafios. E metas ousadas

Consolidados no Mapa Estratégico, foram validados em 2010 este ano 11 temas e 27 objetivos estratégicos ao longo de 23 semanas de trabalho e de consultas exaustivas, resultando em 44 propostas de políticas e iniciativas em favor do crescimento industrial, além de 57 indicadores e metas para o período entre 2010 e 2020. “São objetivos ousados, que visam ao crescimento acelerado da indústria, com inserção internacional, gerando resultados para a economia e para o Estado como um todo”, comenta o coordenador técnico da Fieg, Wellington Silva Vieira.

Entre as projeções que compõem esse ambicioso cenário, nos próximos dez anos, a fatia do setor industrial no Produto Interno Bruto (PIB) da indústria brasileira deve simplesmente saltar de 2,44%, percentual observado em 2009, para 4% até 2020, o que pressupõe crescimento anual de dois pontos percentuais acima do aumento médio projetado para o setor em todo o País ao longo desta década. Dito de outra forma, será preciso acrescentar quase R\$ 12 bilhões ao valor adicionado da indústria goiana, a valores de 2007, implicando salto de quase 80% no período.

Apenas para comparação, nos últimos 20 anos, a economia goiana acrescentou pouco mais meio ponto percentual em sua participação na geração doméstica de riquezas, passando a ocupar a 9ª colocação entre os Estados com maiores PIBs no País. O esforço a ser feito na década em curso será, portanto, três vezes mais relevante.

Além disso, as exportações goianas de produtos manufaturados terão de praticamente dobrar, fazendo a participação do Estado nas vendas externas totais da indústria brasileira pular de 0,81% para 1,50%. Nesse mesmo horizonte de tempo, a renda per capita da população goiana deverá experimentar aumento nominal equivalente a 2,7 vezes, saindo de R\$ 11.548 em 2007 para R\$ 31.406 em 2020, algo próximo a US\$ 17,5 mil por habitante em valores atuais.

A indústria, que hoje representa em torno de 27% do PIB e pretende engordar sua fatia para 32% até 2020, deverá ainda criar em torno de 135,9 mil empregos entre este ano e 2020, o que fará o total de trabalhadores no setor subir de 274,1 mil em 2007 para 410 mil. Isso corresponde à abertura de 12.354 vagas anuais, ou, cerca de 31% acima da média observada entre 2000 e 2009, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e

Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego. Mas pode ser considerada factível quando se recorda que a indústria como um todo – incluindo os setores de extração mineral, construção civil e a indústria de transformação – criou, em média, 13.870 empregos formais entre 2007 e 2009.

Para atingir aquelas metas, será essencial enfrentar os gargalos na área de infraestrutura. Os investimentos públicos em transporte deverão crescer, proporcionalmente ao PIB estadual, mais de três vezes entre 2008 e 2020, saindo de 1,18% para 4%. Os objetivos buscados pelo projeto Goiás 2020 “passam a constituir a base para a estratégia de crescimento da indústria e da economia goiana, condicionando todo o trabalho das entidades do setor industrial e de sua ação política”, resume Vieira.



Sistema de governança

Ligada diretamente à presidência da Fieg, a Assessoria de Gestão Estratégica (AGE), em fase de estruturação, responderá pela coordenação e pelo acompanhamento estratégico do projeto. Sua missão principal será garantir a execução das diversas agendas definidas pelo mapa, que terá seu plano de implementação desenvolvido pela Fieg em parceria com entidades técnicas do governo, sindicatos e empresários.

Esse sistema de governança imporá um monitoramento rigoroso de ações e projetos, prevendo divulgação semestral ou anual dos resultados atingidos, o que facilitará eventuais correções de rumo quando necessário, conforme Wellington Silva Vieira, coordenador técnico da Fieg. Para isso, terá poderes para firmar convênios com instituições e organismos públicos e privados em busca de informações e de indicadores que ajudarão a gerenciar a execução do mapa.

“Isso permitirá ao setor e ao governo acompanhar sua implantação, visualizar o que está sendo feito e em quais setores será possível melhorar”, reforça Paulo Afonso.

Nova política industrial



Heribaldo Egídio: lei deve prever recuperação automática de créditos tributários na exportação

O projeto Goiás 2020 define uma agenda mínima de iniciativas destinadas a promover o desenvolvimento, envolvendo diretrizes para política industrial, formação e capacitação de recursos humanos, infraestrutura, política tributária e de crédito, gestão pública e empresarial, tecnologia e inovação, além de propostas para promover a economia regional como um todo. O Mapa Estratégico sugere rumos para a elaboração de diretrizes, ações e programas que contribuam para transformar a indústria goiana em polo de relevância nacional a partir de quatro perspectivas básicas: bases para o desenvolvimento; processos e atividades; resultados para a indústria; e resultados para a sociedade.

Para lançar as bases do novo desenvolvimento, o documento propõe a adoção de uma agenda mínima que contempla uma política industrial voltada para estimular a desconcentração

horizontal e vertical da indústria e promover uma redistribuição regional dos investimentos, acoplada a uma política de incentivos fiscais efetivamente reconhecida pelos demais Estados.

Um dos pontos fortes dessa política industrial estará no apoio às micro e pequenas empresas industriais, com expansão de sua fatia nas compras governamentais e consequente ampliação da participação do segmento na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 3% para 6% ao longo dos próximos dez anos.

Como proposta, sugere-se a criação do projeto Exporta Goiás, via desoneração das exportações e importações, promoção comercial, design e desenvolvimento de marcas e participação institucional do governo em feiras internacionais. O objetivo é aumentar a participação das exportações goianas no PIB de menos de 9,5% para 13%. A corrida por

investimentos do direto deverá ser da Agência para Atração de Investimentos, com participação de técnicos dos setores público e privado e parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).

O presidente do Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais da Fieg, Heribaldo Egídio, identifica crescente interesse do empresariado goiano de participar do mercado internacional e defende maior desoneração das vendas externas. Ele sugere a inclusão na legislação de mecanismos que prevejam a recuperação automática de créditos tributários pelo setor exportador e defende a simplificação dos processos aduaneiros como forma de tornar a exportação mais competitiva.

Aposta no capital humano

Melhorias nas áreas da educação, da qualificação profissional e das relações trabalhistas fazem parte do cardápio sugerido pela indústria, com destaque para o primeiro item dessa pauta, reconhecido como “um dos mais importantes fatores de desenvolvimento socioeconômico”. A elevação da escolaridade dos trabalhadores em todos os níveis, segundo “padrões internacionais” reconhecidos, integra a nova estratégia defendida pelo setor industrial.

O documento sugere a expansão da educação em tempo integral em todo o Estado, com foco mais específico para municípios que disponham de polos industriais considerados relevantes, combinada com uma política de formação continuada de professores e ampliação do programa de educação de jovens e adultos. Desenhada para atender a vocações regionais, a política de formação e

nológico, reforçando a articulação entre os ensinos médio e técnico, com maior integração entre a academia e a indústria.

Como metas, entre outras, o projeto Goiás 2020 pretende mais do que dobrar o total de profissionais formados em cursos superiores e tecnológicos de engenharias em geral, partindo de 1,4 mil previstos para este ano para atingir 3 mil no final da década. O total de concluintes de cursos técnicos de nível médio, no mesmo período, deverá crescer de 12,2 mil para 23,12 mil.



Mão de obra: qualificação de recursos humanos será questão chave para arrancada da indústria

Indicadores sociais

O crescimento econômico será a meta central, mas não exclusiva. A agenda que passa a orientar o desenvolvimento estabelece objetivos sociais igualmente ousados. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado, que em 2007 alcançava 0,824, superando a média brasileira (0,813), deverá avançar até 0,900 em 2020. O indicador, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), tomando como base dados sobre renda, educação e saúde da população, define taxas superiores a 0,800 como nível de

alto desenvolvimento humano.

Na mesma linha, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), estacionado em 3,0 até 2009, deverá crescer quase 50%, atingindo 4,4 ao final da década. As melhorias esperadas na área educacional e na qualificação da mão de obra permitirão, por exemplo, que o percentual de trabalhadores com ensino médio e superior na indústria goiana aumente de 39,34% para 67%, refletindo ganho de praticamente 70%.

Espera-se, ainda, melhora significativa para a saúde e a qualidade de vida dos goianos de uma forma geral, expressa num

incremento significativo para o total da população com acesso a serviços de esgoto, que até 2008 atendiam apenas a 37% dos domicílios. A meta é alcançar cobertura equivalente a 80%, o que exigirá mais do que dobrar os investimentos no setor.

A melhoria esperada nas relações entre empregados e empregadores por meio da simplificação das leis que regulamentam o setor, pressupõe o documento, deverá produzir avanços na forma como os dois lados percebem as condições de trabalho e, ao mesmo tempo, provocar redução no índice de acidentes no emprego de 1,44 para 0,40 a cada 100 trabalhadores.

Os gargalos na infraestrutura



Roberto Elias: “Precisamos dar ritmo ao grande número de obras paralisadas no Estado”

O vigoroso crescimento da economia, numa fase mais recente, não tem sido acompanhado, reconhecidamente, pelo crescimento da infraestrutura em praticamente em todas as áreas, desde transportes e energia a saneamento, habitação e armazenamento. Esse descompasso afeta negativamente a produtividade do setor industrial, levando à elevação de custos e à perda de competitividade e, portanto, de mercados dos produtos goianos. Além de fugitar investimentos, aponta a Fieg, essa situação termina agravando as incertezas em torno da capacidade e da continuidade do crescimento da economia estadual.

Para o presidente do Conselho Temático

de Infraestrutura da Fieg, Roberto Elias Fernandes, os indicadores apurados pela equipe responsável pela confecção do Mapa Estratégico serão fundamentais para orientar a evolução dos investimentos públicos neste setor. “Há um grande número de obras paralisadas no Estado atualmente e precisamos dar ritmo a esses projetos”, declara Fernandes.

Exatamente por esse conjunto de motivos, a infraestrutura ocupa o maior espaço no Mapa Estratégico da Indústria. A agenda mínima para este setor inclui um programa de suprimento de energia com vistas a assegurar a qualidade no forneci-

e o desenvolvimento de fontes alternativas, “a partir de um diagnóstico da realidade atual e das perspectivas de crescimento econômico do Estado”, projetando-se uma evolução média anual de 7% para o consumo de energia entre 2010 e 2020.

No segmento de transportes de cargas, a ideia é acelerar os investimentos e reduzir a participação do modal rodoviário na matriz do setor, de 57% para 40% do total de cargas transportadas. Nesta área, o setor industrial e suas instituições representativas terão de se articular com os governos do Estado e federal para avançar na direção pretendida, tendo como alvo a conclusão da Ferrovia Norte-Sul, incluindo o trecho entre Anápolis e Santa Fé do Sul, em São Paulo, e a implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, saindo de Ilhéus, na Bahia, a Vilhena, em Rondônia, a expansão e duplicação da malha rodoviária, a ampliação da hidrovía Paranaíba-Tietê-Paraná até Três Ranchos, construção do alcoolduto

ia a Senador Canedo, entre outros projetos. O mesmo esforço terá de ser desenvolvido para que as obras dos aeroportos de Goiânia e de Anápolis sejam concluídas.

Para o presidente da Câmara Setorial de Mineração da Fieg, Luiz Antônio Vessani, as soluções para os gargalos da logística deverão criar o ambiente favorável para viabilizar projetos minerais importantes nas áreas de níquel, cobre, chumbo, zinco e ferro manganês no Norte do Estado. “Essa é uma região com elevado potencial mineral, mas que hoje não tem transporte”, afirma.

Na mesma linha, o documento defende que a capacidade de armazenagem de grãos e derivados seja ampliada em 28,6% até 2020, pulando de 14 milhões, número estimado para 2010, para 18 milhões de toneladas. Esse conjunto de iniciativas tem como objetivo final transformar o Estado em plataforma logística estratégica, de olho não apenas na demanda interna, mas especialmente no mercado internacional.



Luiz Vessani: logística adequada tornará viável grandes projetos minerais na Região Norte do Estado

Habitação e comunicação

O déficit no setor de habitação em Goiás, sempre de acordo com o Mapa Estratégico, deverá ser enfrentado com a adoção de um programa de ordenamento urbano tendo as principais cidades polos industriais como prioridade, da mesma forma que a população de mais baixa renda. A utilização de novas tecnologias no setor e a maior oferta de crédito, combinadas com o programa sugerido, tendem a reduzir pela metade aquele déficit, de 190 mil para 100 mil moradias.

O avanço da indústria dependerá, também, da oferta de serviços de comunicação de qualidade e a custos compatíveis com padrões internacionais. Entre outros indicadores desenvolvidos para o setor, a indústria gostaria de ver reduzido o total de reclamações contra serviços de comunicação de 0,3 para 0,15 por mil acessos, enquanto seria interessante alcançar a expansão do acesso à internet dos atuais 20% para 70% da população.

Mais crédito. E menos imposto

Nos tempos da inflação galopante, o País acabou por consolidar estruturas complexas e ineficientes nas áreas tributária e de crédito. Esse cenário terá necessariamente de ser alterado, na visão da indústria, para que se concretize a expansão imaginada pelo setor para a década em curso. A começar pelo sistema tributário. Nesta seara, ao menos na área federal, as ações serão determinadas pela necessidade de pressionar o Congresso a aprovar uma reforma tributária que simplifique e racionalize a cobrança de impostos no País.

A desoneração pretendida, muito especialmente sobre investimentos, deverá reduzir a carga tributária federal de 22% para 18% do PIB brasileiro, enquanto a indústria tenta baixar o peso dos tributos estaduais sobre o total e riquezas produzidas no Estado de 12,5% para 10% até 2020. Essa redução, se vier, deverá ser acompanhada da aprovação do Código Estadual de Defesa dos Contribuintes pela Assembleia Legislativa.

Há avanços pretendidos também na área do crédito, já que o crescimento projetado para os anos seguintes vai exigir a utilização crescente de capitais de terceiros pelas empresas, diante da necessidade de fazer frente aos investimentos previstos. Algumas medidas dependerão da política econômica e da atuação do governo federal na microeconomia, de forma a alcançar, entre outros pontos, a redução dos spreads bancários.

Mas há soluções possíveis na área estadual, preferencialmente destinadas a encontrar soluções para que micro e pequenas empresas assegurem o acesso ao crédito. O documento propõe a criação da Sociedade Goiana Garantidora de Créditos, com um fundo de aval que assumiria parte dos riscos nas operações de financiamento de médio e longo prazo, facilitando o acesso a recursos bancários por parte de empresas de menor porte. Ainda nesta linha, está sendo proposta a abertura de uma cooperativa de crédito exclusiva para a indústria, numa parceria entre a Fieg, sindicatos associados e empresas do setor.



André Rocha: Sistema estadual de defesa sanitária deve ser eficaz para atender ao elevado nível de exigência do mercado global

Os desafios da gestão

O novo modelo de desenvolvimento perseguido pela indústria, a partir do seu Mapa Estratégico, retoma o presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, pressupõe verdadeira revolução nas áreas de gestão empresarial e de gestão pública, com adoção de novos métodos gerenciais, adequados ao desafio de tornar a indústria local mundialmente competitiva. Isso implicará mudanças em todos os níveis no interior das empresas e dos governos.

Entre outras metas, espera-se que pelo menos 80% das empresas passem a adotar, até 2020, alguma ferramenta de gestão. O setor terá como suporte um programa de desenvolvimento da gestão empresarial, que deverá incentivar a certificação de processos e de produtos. Como um dos resultados possíveis, o número de empresas exportadoras tende a mais do que dobrar na década, passando de 270 para 593, o que elevaria a participação goiana nas exportações brasileiras de 2,36% para 3,10%.

Os desafios são igualmente relevantes no setor público, em todos seus níveis. A

indústria reclama transparência, eficiência e desburocratização de processos, com maior agilidade nas decisões no Legislativo, no Judiciário e no Executivo. Defende a fixação de prazos para emissão de licenças ambientais e para a abertura de empresas, maior agilidade na contratação de investimentos pelo governo e cumprimento dos prazos acertados para pagamento de contratos pelo poder público. E quer o estabelecimento de limites para o tamanho da máquina estadual, com redução das despesas correntes de 14% para 10% do PIB goiano.

Presidente do Conselho Temático de Agronegócios da Fieg, André Luiz Baptista Lins Rocha destaca a necessidade, referendada pelo mapa, de se estabelecer no Estado um sistema eficaz de defesa sanitária, diante do elevado nível de exigência dos principais mercados consumidores de produtos vegetais e animais. Em 2010, estima-se que cada fiscal da Agrodefesa responda por 350 mil bovinos. A meta é chegar a 2020 com uma relação de um fiscal para cada grupo de 35 mil animais.

Desenvolvimento regional

Uma ampla parceria entre institutos de ciência e tecnologia, centros de pesquisa e empresas privadas poderá engatilhar um processo de intensas transformações no panorama atual da indústria goiana. O setor, constata a Fieg, “investe pouco em inovação e desenvolvimento tecnológico, trabalha com máquinas e equipamentos importados de outros Estados e países, fabrica produtos de baixo ou médio valor agregado”, além de importar bens intermediários, produzir e exportar produtos básicos.

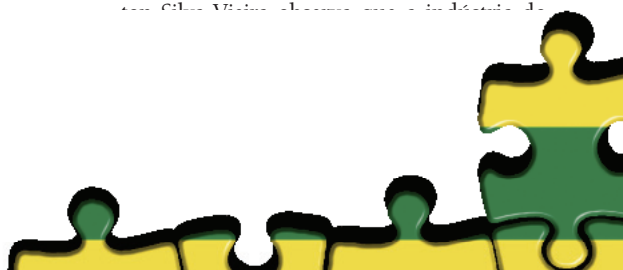
Dois programas, sugeridos pelo projeto Goiás 2020, deverão atuar para modificar esse cenário, ajudando a aumentar em 67% o total de patentes concedidas a empresas

goianas até 2020, para um total de 200, e a estimular uma taxa de crescimento do valor adicionado da indústria ao PIB na faixa de 5% ao ano.

O primeiro, chamado de Goiás Competitivo, prevê a seleção de setores estratégicos para “o desenvolvimento de ações de estímulo à agregação de valor”. Em outra vertente do mesmo programa, será incentivada a formação de núcleos de patentes em centros de pesquisa independentes e em universidades. O segundo com citação de recursos humanos com foco na produção de c

Essas medidas deverão favorecer o aumento da participação de Goiás nos recursos públicos destinados à inovação no Centro-Oeste, hoje limitada a 12%, para 30% em 2020.

O combate a diferenças regionais no Estado exigirá políticas específicas, que explorem vocações locais e desenvolvam “novos elos das cadeias produtivas, nos sentidos horizontal e vertical”, com o duplo objetivo de agregar valor à produção e promover melhor aproveitamento das matérias-primas. Weling-



INOVAÇÃO, o grande salto

Instituições de ciência e tecnologia, empresas privadas e pesquisadores terão mais de R\$ 40 milhões à disposição para financiar projetos inovadores



Luis Fernandes, da Finep, Paulo Afonso Ferreira, da Fieg, e o deputado estadual Fábio Torkaski: Goiás terá R\$ 16,5 milhões para apoiar pesquisas em empresas de menor porte

Considerado como fator essencial para que o País consiga engrenar novo modelo de desenvolvimento, que assegure sua inserção no mercado global de forma autônoma e independente, e um dos pontos-chaves do Mapa Estratégico da Indús-

tria Goiana, o investimento em inovação poderá experimentar, em Goiás, salto até aqui inédito, diante do volume de recursos prometidos para o setor. A concretização dessa promessa dependerá, em grande medida, da competência das empresas

locais para disputar esses recursos e da agilidade dos órgãos públicos e institutos de pesquisa para capitalizar as oportunidades oferecidas.

Sob a forma de editais e de convênios, a Financiadora de Estudos e Pro-

jetos (Finep) colocará à disposição de empresas, pesquisadores e institutos de ciência e tecnologia aproximadamente R\$ 30,9 milhões para contratação ao longo deste ano. Embora possa parecer ainda modesto, em termos relativos, esse volume corresponde a quase duas vezes e meia o valor do investimento médio contratado pela Finep em Goiás nos últimos três anos.

Segundo Luis Manoel Rebelo Fernandes, presidente da Finep, entre recursos do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia (FNDCT), projetos de subvenção econômica e de financiamento, o Estado recebeu R\$ 38,549 milhões entre 2007 e 2009, representando desembolso de praticamente R\$ 12,850 milhões por ano, em média. Incluindo a contrapartida devida pelo Estado, os recursos previstos para pesquisa e desenvolvimento tecnológico poderão superar facilmente a casa dos R\$ 40,5 milhões, total considerado recorde por quem atua no setor. Os novos serviços acompanham tendências, avanços gerenciais e tecnológicos para melhor atender pessoas e empresas.



Guedes (Fapeg): lei goiana de estímulo à inovação permitiu convênios com a Finep



Madureira, reitor da UFG: nova relação entre a universidade e o setor empresarial

Subvenção a micro e pequenas empresas

As contratações previstas para este ano serão turbinadas principalmente por três convênios firmados em junho durante dois eventos realizados, respectivamente, na Casa da Indústria, sede da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), e na Universidade Federal de Goiás (UFG). Um dos mais relevantes, sob o ponto de vista do setor privado, prevê a injeção de R\$ 11 milhões com dinheiro da Finep, por meio do Programa de Apoio a Pesquisas em Empresas (Pappe), na modalidade de subvenção econômica a micro e pequenas empresas.

O governo do Estado entrará com mais R\$ 5,5 milhões como contrapartida aos recursos do chamado Pappe Integração, vertente desenvolvida pela Finep para atender exclusivamente a empresas das regiões, Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para efeito de enquadramento nessa linha, são consideradas microempresas aquelas

com faturamento anual de até R\$ 240 mil e de até R\$ 2,4 milhões no caso de pequenas empresas. Como o valor da subvenção varia entre um piso de R\$ 100 mil e o teto de R\$ 400 mil, será possível beneficiar entre 41 e 165 empresas.

Com R\$ 16,5 milhões à disposição, lembrou o presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg), Leonardo Guerra de Rezende Guedes, Goiás terá o segundo orçamento dentro do Pappe Integração, atrás apenas da Bahia, respondendo por alguma coisa acima de 18% dos recursos totais alocados no programa. “A aprovação da Lei Goiana de Inovação em fevereiro deste ano”, acrescentou Guedes, “tornou possível a assinatura desses convênios”. A lei autoriza o Estado a incentivar a pesquisa científica e tecnológica no setor produtivo.

Remédios do Cerrado

Numa segunda frente, Finep, Secretaria de Ciência e Tecnologia (Sectec), Fapig e UFG firmaram acordo que permitirá a implantação dos laboratórios multiusuários do Centro Tecnológico do Estado de Goiás, que será construído numa área próxima às faculdades de Veterinária e Agronomia, hoje ocupada pela Emater Goiás. Como forma de apoio direto, a Finep participará com R\$ 7,520 milhões, além de colocar mais R\$ 479,208 mil à disposição para financiamento de bolsas de desenvolvimento tecnológico.

Esses recursos se somarão aos R\$ 4 milhões já destacados pelo governo estadual, atingindo praticamente R\$ 12 milhões entre instalações, equipamentos e bolsas a pesquisadores. As instalações, lembra Guedes, serão compartilhadas com empresas, outros centros de pesquisa e universidades, com foco inicial no setor de agronegócio e, mais especificamente, no desenvolvimento de fármacos a partir da biodiversidade do Cerrado.

“Neste ano, a Finep repassará R\$ 5,7 milhões só para a compra de equipamentos”, detalha o presidente da

Fapig. As aquisições envolverão um difratômetro de Raio X, utilizado na pesquisa de novas moléculas para a indústria farmacêutica, um cromatógrafo de última geração e um cluster de microprocessadores com capacidade equivalente a um supercomputador. As universidades Federal e Estadual de Goiás já colocaram à disposição da Sectec espaço para hospedar aqueles equipamentos até que o edifício-sede do centro seja concluído. A providência permitirá antecipar o início dos trabalhos de pesquisa, aposta Guedes.

Mais crédito, menos burocracia

Em discurso que antecedeu a assinatura de dois dos termos de acordo firmados entre Finep e governo do Estado, por meio da Sectec e Fapig, o presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, defendeu uma “guinada empresarial na área de inovação, em todos os níveis”, e cobrou maior aproximação entre a academia e as empresas. As universidades e seus centros de pesquisa, apontou ele, “são fundamentais, imprescindíveis para o processo de inovação.” Mas, acrescentou ainda, o trabalho desenvolvido naqueles centros “precisa tornar possível que a inovação chegue ao chão de fábrica.”

Na caminhada rumo a uma economia mais eficiente e competitiva, Paulo Afonso antevê três grandes desafios à frente. As empresas terão de aumentar o investimento em inovação, numa escala bem mais representativa do que agora, cabendo às universidades a responsabilidade por maior integração com o setor privado, enquanto os governos deverão, em todos os níveis, “criar condições mais favoráveis de financiamento de atividades de pesquisa e desenvolvimento nas empresas e reduzir a burocracia.”



Alberto Borges: inovação assegura sobrevivência das empresas no longo prazo

O reitor da UFG, Edward Madureira Brasil, provocado pelo presidente da Fieg, lembrou que desconfianças históricas entre os dois lados terminaram levando ao distanciamento entre a universidade, como centro de geração de conhecimento, e as empresas, naturalmente mais focadas em resultados imediatos. “Estamos rompendo essas desconfianças e

construindo uma nova relação entre os dois lados, o que resultará em benefícios para toda a sociedade”, arrematou.

Na visão do presidente do conselho da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial), Alberto Borges de Souza, a inovação não só permite às empresas maior competitividade como assegura sua sobrevivência no longo prazo.

Biodiesel de algas

A Finep está investindo ainda outros R\$ 6 milhões para a implantação de uma rede nacional dedicada ao desenvolvimento de uma linha inovadora de pesquisas com microalgas para a produção de biodiesel de origem marinha e fluvial. Essa rede será coordenada pela UFG, que receberá recursos de R\$ 4,744 milhões, numa parceria que envolverá também a Fapeg. A universidade já havia sido contemplada com R\$ 4 milhões investidos na instalação de uma unidade de pesquisas clínicas, inaugurada no começo de junho, para realização de testes de produtos farmacêuticos em seres humanos.

Além desses recursos, ainda em junho, a Finep anunciou os resultados preliminares da seleção pública de propostas para apoio a

projetos institucionais de implantação de infraestrutura de pesquisa. A estatal reservou R\$ 360 milhões para projetos nesta área, dos quais R\$ 7,184 milhões deverão ser destinados a Goiás.

A Universidade Estadual de Goiás (UEG) teve aprovados R\$ 711,025 mil para estruturar seu centro de pesquisas e pós-graduação. Já a UFG deverá receber R\$ 6,473 milhões, em valores aproximados, para adequação, ampliação e modernização das infraestruturas de pós-graduação da Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, de pesquisa em ciências farmacêuticas e animal, além da implantação do núcleo de genômica e proteômica e do Centro Integrado de Pesquisa em Doenças Infectoparasitárias e Produção de Bi-insumos.

Etapa regional

Categoria	Podem Participar
Micro/Pequena Empresa	Empresas brasileiras com faturamento bruto em 2009 até R\$10,5 milhões, representadas pelo conjunto de suas ações inovadoras nos últimos três anos
Média Empresa	Empresas brasileiras com faturamento bruto em 2009 entre R\$10,5 milhões e R\$ 60 milhões, representadas pelo conjunto de suas ações inovadoras nos últimos três anos
Instituição Científica & Tecnológica (ICT)	Centros, departamentos, laboratórios ou outras unidades organizacionais de instituições de pesquisa públicas ou privadas, sem fins lucrativos, cujo conjunto de estratégias e/ou atividades de pesquisa e desenvolvimento, em determinado setor, tenham sido realizadas para atender às necessidades de mercado demandadas por empresas brasileiras, nos últimos três anos
Tecnologia social (*)	Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs), públicas ou privadas, Organizações Não Governamentais, OSCIPs, cooperativas e instituições também públicas e privadas sem fins lucrativos, por meio de projetos inovadores no âmbito das tecnologias sociais, implantadas nos últimos três anos
Inventor Inovador	Pessoa física que seja inventor em uma patente (invenção ou modelo de utilidade) concedida pelo INPI e em vigor na data do julgamento do prêmio
Gestão da Inovação (**)	Empresas brasileiras de qualquer porte, representadas pelo conjunto de ações de estruturação de ambientes internos de estímulo à inovação sistêmica e contínua nos últimos três anos, contemplando o gerenciamento do ambiente de inovação e sua integração à sua estratégia competitiva

(*) Tecnologias sociais são produtos, técnicas ou metodologias, replicáveis, desenvolvidas em interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social.

(**) Concorrem automaticamente na categoria Gestão da Inovação as empresas inscritas nas categorias Micro/Pequena Empresa, Média Empresa e Grande Empresa, não havendo inscrição específica para esta categoria. Cada empresa será julgada nessa categoria pelos dados apresentados nos campos específicos, no formulário de inscrição.

Fonte: Finep

Prêmio Finep 2010

As inscrições ao Prêmio Finep foram prorrogadas até 31 de agosto. Neste ano, todos os vencedores terão acesso a recursos do programa de subvenção econômica, não reembolsáveis, em valores entre R\$ 120 mil e R\$ 2 milhões para o desenvolvimento de projetos nas áreas de ciência, tecnologia e inovação. Os vencedores regionais e nacionais da versão 2009 não poderão se inscrever.

Em sua 13ª edição, o Prêmio Finep receberá inscrições de projetos de tecnologia social desenvolvidos também por

organizações não governamentais. No ano passado, puderam se inscrever nessa categoria apenas instituições de ensino e pesquisa. Como novidade adicional, haverá premiação para as melhores práticas em gestão da inovação.

A Finep criou o prêmio como forma de reconhecer, divulgar e estimular esforços inovadores, já aplicados no País ou no exterior, realizados por empresas, instituições de ciência e tecnologia e inventores brasileiros.



Maria Rodrigues Ferreira: “Quero arrumar emprego, ter renda e me distrair. Ficar parada só dá depressão”

CORUMBÁ APOSTA NA CONFECÇÃO

Programa organiza setor, formado por costureiras informais e pequenas empresas, e cria opções para crescimento da atividade na região

■ Divina Eterna, de Corumbá de Goiás

Com economia baseada na agropecuária e no turismo de muita história, com seus casarões e sobrados em estilo coloniais e suas famosas cachoeiras, mas ainda uma atividade incipiente, Corumbá de Goiás, no Entorno do Distrito Federal, a 119 km de Goiânia, busca novos rumos para seu desenvolvimento socioeconômico. A aposta é a organização do setor do vestuário, por meio do programa Arranjo Produtivo Local (APL) de Confecção, executado pelo Senai, dentro de convênio entre a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO), Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride) e prefeitura, com aporte de recursos da ordem de R\$ 223 mil.

Constituído principalmente por costureiras informais, que prestam serviços a empresas localizadas em Brasília e media-

ções, e pequenas empresas de confecção, o segmento vive a expectativa de desenvolvimento, com as primeiras ações de capacitação e consultoria, deflagradas no início do ano pela Faculdade de Tecnologia Senai Roberto Mange, de Anápolis.

Mão de obra feminina

Os cursos têm atraído principalmente mulheres, acima de 30 anos, em busca de novas perspectivas de vida e possibilidades profissionais. “Agora estou decidida que quero ser costureira mesmo, me especializar. Este curso veio para me dar uma levantada, era só uma dona de casa. Aqui eu vi uma forma de me profissionalizar, mesmo com uma idade que o mercado não aceita muito a gente”, afirma Jane Meire de Oliveira Dias, de 40 anos, aluna dos cursos de corte e costura.



Creusa de Fátima Ribeiro: “Em casa é peça por peça, aqui são muitas peças de uma só vez”

Outra aluna, Maria Rodrigues Ferreira, de 66 anos, aprendeu a costurar aos 12, com a mãe, usando uma máquina ‘tocada a mão’, como ela mesma diz. O curso e a possibilidade de ingressar novamente no mercado de trabalho são incentivos para sua vida. “Quero arrumar emprego, ter renda e me distrair. Porque ficar parada só dá depressão.”

Novidades para elas, mesmo para as que já tinham algum conhecimento de costura, são as máquinas industriais nas quais têm aprendido. Creusa de Fátima Ribeiro, de 47, que já trabalhava com costura sob encomenda em casa, admira-se com o volume da produção. “Em casa é peça por peça, aqui são muitas peças de uma só vez. Estou aprendendo muitas coisas novas, como cortar na máquina, frequência de número, o encaixe das peças de enfiar...”, exemplifica.

Cooperativa embala sonhos

Além das capacitações e consultorias, o programa APL possibilitou a aquisição de máquinas de costura e corte industrial, mesas e outros equipamentos destinados à instalação de uma unidade de produção, para estimular a formação de uma associação ou cooperativa com as alunas do curso. Algumas já fazem planos, como Maria Conceição Fagundes, de 51 anos, que trabalha em casa como cabeleireira e fazendo tapetes, e agora aprende o ofício de costureira. “Sempre quis aprender corte e costura e agora estou realizando este sonho por meio do Senai e da prefeitura. Meu novo sonho, agora, é entrar na confecção que a prefeitura vai ajudar a organizar. Vai ser muito bom, pois vai ter muito emprego aqui. Hoje é difícil arrumar trabalho.”

Com população estimada em 9.372 habitantes, segundo dados de 2009 da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás, Corumbá de Goiás aposta na organização de um setor que, no País, é o segundo maior empregador da indústria de transformação e também segundo maior gerador do primeiro emprego, tendo em sua maioria a utilização da mão de obra feminina, de acordo com

dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção (ABIT).

Atento a esses dados e com a preocupação de gerar emprego e crescimento econômico, o prefeito Emílio Paiva buscou o apoio do Ministério da Integração Nacional para a realização do programa APL de Confeção em Corumbá de Goiás.

O projeto elaborado para o município tem como foco principal a capacitação profissional na área de corte e costura, que o prefeito aponta como um dos principais gargalos para o desenvolvimento do setor. “Temos muitos trabalhadores informais e pequenas empresas de confecção. Nosso município está carente de mão de obra qualificada. Este projeto foi concebido com o intuito de provermos em nosso município maior qualificação no setor confeccionista e, assim, melhorar a qualidade da produção para podermos crescer.”

O secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Carlos Henrique Menezes Sobral, é entusiasta do Programa APL como ferramenta eficaz no desenvolvimento regional, incentivando e apoiando diversos



Maria Conceição na aula de corte:
“Meu novo sonho é entrar na confecção que a prefeitura vai ajudar a organizar”

projetos em municípios goianos, além de Corumbá de Goiás. “Podemos resumir o Programa APL em uma palavra: oportunidade. Oportunidade de crescer profissionalmente, pessoalmente e como cidadão.” Para ele, em Corumbá de Goiás está sendo plantada uma semente, que para germinar depende somente do interesse da população.

Cursos e metas para Corumbá de Goiás

Curso	Carga horária	Nº de turmas	Nº de alunos
■ Costura Industrial em Malha	120	1	15
■ Costura Industrial em Malha	120	2	15
■ Modelagem Industrial Básico	80	1	16
■ Corte Industrial de Roupas	80	1	12
■ Costura Industrial Tecido Plano	120	1	15
■ Costura Industrial Malha Avançado*	120	2	15
■ Costura Industrial Tecido Plano Avançado*	80	1	15
■ Manutenção de Máquinas de Costura Industrial	80	1	15
■ Gerência de Produção	80	1	12
■ Design de Modas	80	1	25
■ Formação de Preço de Vendas	80	1	15
■ Técnicas de Vendas	20	1	30
■ Assistência Técnica	28	1	30
■ Racionalização do Processo Produtivo	96	1	30
Total	1.424		290

DE OLHO NA OLIMPÍADA

Mas sem recursos. A falta de patrocínio poderá afastar talentos do esporte goiano do sonho de participar de competições nacionais e internacionais

Líder do ranking goiano de tênis na categoria até 18 anos e um dos dez melhores do País na mesma categoria, Gabriel Almeida Barbosa, 17, começou a jogar aos 9 anos, influenciado pelo pai, Manoel Paulino Barbosa, presidente do Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás (Sindmóveis). Seu sonho, conta o garoto, que coleciona títulos de campeão goiano e brasileiro, é se tornar um profissional e, antes disso, participar do maior torneio juvenil de tênis do mundo, que será realizado no final do ano dezembro, na Flórida, numa promoção do Junior Orange Bowl.

Mas faltam recursos para isso, situação que atinge praticamente todo jovem talento do esporte no Estado, segundo Álvaro Alexandre Camargo da Silva, diretor de Marketing da Federação Goiana de Tênis (FGT). O grande desafio tem sido despertar o interesse das empresas, que poderiam patrocinar

a formação de atletas e sua qualificação para competições de maior vulto, como a Olimpíada de 2016, no Rio de Janeiro.

Em dezembro passado, relata Camargo, o Ministério dos Esportes aprovou o projeto Jovens Talentos do Tênis Goiano 2010, que prevê a captação de R\$ 539,5 mil no âmbito da Lei 11.438, de 29 de dezembro de 2006. A legislação autoriza as empresas a deduzirem 1% do Imposto de Renda devido desde que invistam em apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos. O benefício, que sobe a 6% do imposto para pessoas físicas, pode ser acumulado com outras formas de patrocínio, na área cultural, por exemplo, até o limite de 5% do lucro real.

Os recursos, detalha Camargo, trarão benefícios diretos, ao permitir financiar os custos da preparação desses jovens tenistas, e de longo prazo, ao estimular o surgimento de novos talentos e elevar o nível técnico dos atletas.

Retorno garantido

Diretor presidente do Clube Gyn Veloz Multiesportes, especializado em esportes de alto rendimento, Fabrício de Sousa Rosa já havia feito contato com 65 empresas até o final do primeiro semestre, sem resultados. Ele busca patrocinadores para um projeto destinado a preparar maratonistas e triatletas para as olimpíadas de Londres, em 2012, e do Rio de Janeiro, em 2016. Com investimentos previstos em R\$ 3,561 milhões, o projeto foi aprovado pelo Ministério dos Esportes em dezembro do ano passado com base na lei de incentivo ao esporte.

A empresa mantém uma equipe com dez atletas, dos quais dois são goianos e quatro estão na seleção brasileira de triatlo. Os recursos financiarão a preparação desses atletas, o que inclui participação em competições nacionais e internacionais. "A rede Santa Marta (de farmácias) patrocinou a equipe de ciclismo em 2006/2007 e alcançou um retorno, em mídia direta, 24 vezes maior do que o investimento realizado", exemplifica Fabrício.

Gabriel: campeão goiano e brasileiro, ele sonha se tornar profissional



CARGA FISCAL E COMPETITIVIDADE

Em reunião de trabalho realizada no dia 23 de junho, na sede da Fieg, empresários discutiram com os secretários Célio Campos, da Fazenda, Luiz Medeiros, da Indústria e Comércio, e Oton Nascimento Júnior, do Planejamento, medidas para incrementar a competitividade da produção industrial do Estado. Representantes dos setores sucroalcooleiro, metalúrgico, farmacêutico, gráfico, de trigo e da construção sugeriram, entre outras propostas, a redução da carga tributária e o combate à sonegação como alternativa para enfrentar a concorrência de outros Estados.

ASSESSORIA JURÍDICA

A Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) amplia o leque de benefícios oferecidos aos sindicatos do setor com a criação de um novo serviço de assessoria jurídica. Elaborado pelo Conselho Temático de Relações do Trabalho da Fieg, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), desenvolvido em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o projeto prevê orientar indústrias associadas e respectivos sindicatos em questões jurídicas relacionadas à sua gestão, além de atender a demandas específicas por meio de equipes especializadas em direito empresarial.

OPORTUNIDADES EM ANGOLA

Em junho, na Casa da Indústria, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), realizou o Seminário sobre Oportunidades de Negócios no Mercado Angolano e a Feira Internacional de Luanda (FILDA). O evento teve a participação de João Ulisses Rabelo Pimenta, da Unidade de Inteligência Comercial Apex-Brasil, e de Carlos Eli Tedesco, da Unidade de Comércio Exterior da CNI.

BM&F E BOVESPA NA FIEG

Os conselhos temáticos de Agronegócio e de Política Econômica da Fieg promoveram, em junho, palestra para apresentação dos Programas da BM&FBovespa Mercados de Ações e Futuros, proferida por Sérgio Longaretti.



CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

O presidente do Conselho Temático de Responsabilidade Social (Cores) da Fieg, Antônio de Sousa Almeida, e representantes do Sesi Goiás e de empresas goianas participaram da Conferência Internacional do Instituto Ethos 2010, realizada em São Paulo. Oded Grajew, presidente do Instituto Ethos (na foto, com Almeida), demonstrou a importância de incorporar conceitos de sustentabilidade como estratégia central das empresas.



PROGRAMA DE GOVERNO

No início de junho, os conselhos temáticos de Política Econômica e de Responsabilidade Social realizaram, na Casa da Indústria, encontro (foto) com a equipe responsável pelo plano de governo do candidato Marconi Perillo, comandada pelo ex-secretário Giuseppe Vecci. Os demais candidatos também terão oportunidade de apresentar seus programas em reuniões ainda a serem agendadas.



INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

O empresário Melchíades da Cunha Neto (foto) foi designado presidente do Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Fieg. Ivan da Gloria Teixeira, que presidiu o órgão na gestão anterior, assumiu a vice-presidência.

Sob novas normas

José Francisco de Souza: critérios técnicos e objetivos para atuação de organismos ambientais

Após negociação com Sindirepa e Fieg, agência ambiental do município baixa instrução que concede maior prazo de validade a licenças

Depois de reorganizar o Sindicato das Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Goiás (Sindirepa), seu presidente, José Francisco de Souza, decidiu enfrentar também a questão polêmica do passivo ambiental do setor. “Procurei a Agência Municipal do Meio Ambiente (Amma), na pessoa de seu presidente, Clarismino Luis Pereira Júnior, para juntos buscarmos um mecanismo que, antes de punitivo, pudesse orientar as empresas de reparação, adequando as exigências ambientais ao tamanho de cada uma delas”, comentou na abertura do 1º Seminário Políticas Públicas: Atividades de Reparação Veicular e Gestão de Resíduos.

Promovido pelo Sindirepa, em parceria com o Conselho Temático de Meio Ambiente da Fieg, Amma, Sindirrefino, Ecofossa, LWART, Lince Toyota, Grupo Saga e Senai, o evento faz parte de um esforço mais amplo, empreendido pela

Federação das Indústrias do Estado de Goiás e pelos sindicatos da área, para aproximar setor empresarial e órgãos ambientais, bem como conscientizar e estimular a adequação das indústrias. Além do segmento de reparação, os setores de confecções, plásticos e a indústria da construção também iniciaram ou planejam dar a largada em projetos semelhantes.

Ainda na abertura do seminário, o presidente da Amma assinou a Instrução Normativa nº 32, que passa a regular o processo de licenciamento ambiental e de gerenciamento de resíduos das atividades de reparação de veículos, funilaria e pintura, usinagem e retífica de motores. Negociada entre as partes, a medida tem como objetivo, ainda, fazer com que as empresas explorem a reparação veicular de forma sustentável, acrescenta Souza.

“Diante da preocupação das empresas do se-

tor com a questão ambiental, sentamos à mesa com a Amma para estabelecer critérios técnicos para atuação do órgão”, afirmou o presidente do Sindirepa. A ideia, na visão de Clarismino Júnior, é evitar a “dicotomia entre produção e preservação.” Para ele, ao fixar regras objetivas e claras, a instrução deverá facilitar o trabalho do órgão regulador e também das empresas.

Entre outras mudanças, a instrução amplia de dois para cinco anos o prazo para renovação de licença ambiental de operação para o setor e determina que empresas de reparação com área útil inferior a 500 metros quadrados passam a ser consideradas como atividade de baixo impacto ambiental e, portanto, enquadradas no procedimento de licenciamento simplificado. “Não é justo que pequenas empresas sejam submetidas ao mesmo tipo de cobrança imposta às grandes”, resumiu Souza.



Serra versus Dilma: em datas diferentes, candidatos trocam alfinetadas entre si durante encontros na Fieg

Os candidatos e a sabatina

Dilma, em junho, e Serra, em julho, ouvem reivindicações e apresentam propostas de campanha ao empresariado goiano

A exemplo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que abriu suas portas para receber os ainda pré-candidatos à Presidência da República, Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV), no final de maio, a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) também decidiu ouvir as propostas dos presidencialistas para Goiás. Em junho recebeu a candidata petista em sua sede e, no mês seguinte, Serra participou de um encontro com o empresariado, no mesmo local.

Em visita a Goiânia, Dilma e Serra, em dois momentos distintos, foram recebidos por lideranças empresariais e políticas e ouviram primeiro as reivindicações do setor privado, antes de apresentar os principais pontos de seu programa. O presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, destacou o exemplo de Goiás, onde setor público e iniciativa privada uniram esforços para buscar a industrialização, “baseados numa política de resultados”.

Ele defendeu a necessidade de reformas estruturais e cobrou investimentos em infraestrutura,

especialmente para corrigir deficiências no setor de transportes. “São imprescindíveis a conclusão da Ferrovia Norte-Sul, com seus ramais para o Leste, até a Bahia, e para o Oeste, até Rondônia; a duplicação da BR-060 até a divisa com Mato Grosso, e da BR-153 até a divisa com o Tocantins; a recuperação de toda a malha viária; a modernização (e expansão) da Hidrovia Paranaíba-Tietê-Paraná”, além da “construção urgente do novo Aeroporto de Goiânia”, entre outros projetos.

Dilma Rousseff prometeu adotar uma política de desenvolvimento regional “para unir o Brasil” e levar às regiões menos desenvolvidas “uma explosão de crescimento”, com diversificação de investimentos. Afirmou, ainda, que o governo atual deixará prontos mais mil quilômetros de trilhos, frente a 120 quilômetros no governo anterior e 95 quilômetros durante a gestão do ex-presidente José Sarney. “A prioridade tem nome, endereço e telefone: a Ferrovia Norte-Sul”, declarou. Na área

tributária, defendeu a desoneração de investimentos, das exportações e dos medicamentos.

José Serra abriu seu discurso com uma declaração de princípio. Caso eleito, afirmou, será o “presidente da produção do Brasil”, arrancando aplausos. O tucano criticou acidamente a liderança brasileira no que chamou de “campeonatos mundiais indesejáveis”. Segundo ele, o País detém a maior carga tributária entre todos os países em desenvolvimento, além de sustentar os títulos de recordista em juro altos nos últimos 15 anos e do mais baixo nível de investimentos públicos, “acima apenas do Turcomenistão.”

“Projetos não faltam, falta competência para tirá-los do papel”, atacou o candidato, declarando que há cem propostas na área de energia na gaveta, numa crítica à sua oponente direta. Serra condenou a decisão de investir R\$ 35 bilhões na implantação do trem-bala entre Campinas (SP) e o Rio de Janeiro. “Com esse dinheiro dava para fazer a Norte-Sul e o metrô de Goiânia. É aberrante que a capital do Estado ainda não tenha um metrô”, disparou.

A calçada “consciente”

Projeto agrega soluções social e ambientalmente corretas e ajuda a Consciente Engenharia a conquistar prêmios regionais e nacionais

Há 28 anos no mercado, a Consciente Construtora acumulou muito mais do que obras e uma carteira recheada de empreendimentos. “Sempre tivemos uma preocupação grande com a questão da sustentabilidade de nosso negócio, social e ambientalmente”, declara o dono da empresa, Ilézio Inácio Ferreira, atual presidente da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Goiás (Ademi-GO).

O valor geral de vendas de sua carteira caminha para os R\$ 300 milhões e tem experimentado crescimento anual médio entre 20% e 25% na última década. Atualmente, a construtora toca três empreendimentos, num total de 516 apartamentos e investimentos ao redor de R\$ 180 milhões. Nos próximos três anos, a Consciente deverá investir mais R\$ 166 milhões para colocar no mercado outras 513 unidades.

Como estratégia permanente, descreve Ferreira, a empresa adota uma “política de boa vizinhança” no entorno de todos seus empreendimentos, consultando os moradores e distribuindo cartilhas e brindes, além de realizar vistoria prévia, acompanhada pelos vizinhos da obra. Esse trabalho resulta em laudos assinados por engenheiros indicados pelos mesmos vizinhos.

Mais recentemente, a empresa decidiu “adotar” a calçada da quadra onde instalou sua central de decorados, na esquina das avenidas T-9 e T-30, em Goiânia, lançando o projeto “Calçada Consciente”. A solução desenvolvida pela empresa incorpora conceitos ambientais e sociais, resolvendo questões relacionadas à acessibilidade, dre-



Ilézio Ferreira e a nova calçada: mais árvores, maior índice de infiltração e menos lixo

nagem urbana, permeabilidade e impermeabilização. Adicionalmente, a calçada foi toda construída com material de demolições, evitando que esses resíduos tivessem o aterro sanitário como destino final.

O uso de valas de drenagem, explica Ferreira, permite a retenção e absorção da água pluvial no próprio terreno. “As chuvas de baixa intensidade não escorrem para as galerias de água pluvial”, adianta ele. O excesso de água, no caso de precipitações mais intensas, passa primeiro por uma caixa de filtragem, que elimina resíduos e lixo, antes de correr para as ruas. Num trabalho conjunto com a

Agência Municipal de Meio Ambiente de Goiânia, foram escolhidas 35 novas árvores. As de maior porte foram plantadas longe da rede elétrica, enquanto espécies arbustivas ajudarão a enfeitar a calçada com flores. A ideia, prossegue Ferreira, é instalar o projeto em todas as quadras com empreendimentos da Consciente.

O projeto recebeu os prêmios Crea de Meio Ambiente e o TOP Imobiliário de responsabilidade social do Sindicato da Habitação do Estado de Goiás. A Consciente também foi vencedora do prêmio Instituto Internacional Chico Mendes, em junho deste ano.



Guimar Alves, diante da fábrica na BR-153, lembra do salto, na década de 70, com a primeira sede própria, no Jardim América
(foto menor)

Do cartão de visita a embalagens

Piloto diversifica negócios e abre novos mercados, assegurando seu crescimento ao reforçar a aposta na tecnologia e na gestão empresarial

Conhecida como uma das pioneiras do segmento gráfico em Goiânia, a Piloto consolidou sua presença, nos últimos anos, também nos segmentos de rótulos, etiquetas, encartes promocionais e até embalagens plásticas. Guimar Alves da Silva, seu fundador em 1976, iniciou no ramo como parceiro do amigo José Oriente, proprietário da Editora Oriente, na Praça Cívica. “Ele era representante da Tintas Piloto e me convidou para montar uma gráfica. No final dos anos 1970 eu comprei a parte dele na sociedade”, lembra Guimar.

O novo negócio surgiu numa sala da Galeria Central, na Rua 6, no Centro, com uma máquina manual de impressão e o serviço básico de fornecimento de cartões de visita para industriais, agropecuaristas, funcionários públicos, empresários e profissionais liberais da capital. O segundo passo, e motivo de empolgação do empreendedor de então pouco mais de 20 anos, foi a aquisição de uma impressora automática da marca Catu. “Daí passamos a vislumbrar de

perto a modernidade e já adquirimos uma guilhotina. Foi nessa fase que começamos a produzir blocos de notas fiscais e impressos mais sofisticados”, recorda Guimar.

A primeira off-set chegou em 1976, equipamento que imprimia em formato ofício, mas apenas em uma cor ainda, como as outras máquinas que vieram nos anos seguintes: 1977 (off-set formato 4) e 1979 (uma meia folha de Gutenberg). Esta última era importada da Alemanha.

Guimar conta que a compra do equipamento significou uma conquista grande para a Piloto, que então começava a adotar produções gráficas a cores. Foi nessa fase que a Piloto vivenciou seu primeiro salto, triplicando sua produção a partir da mudança para a primeira sede própria, num prédio na Avenida Costa Rica, no Jardim América.

A partir daí, diz Guimar, foi possível realizar um trabalho efetivo, com a “dobradinha” tecnologia e gestão empresarial. Assim, ele se firmou no concorrido mercado de formulários.

Essa atuação bem-sucedida levou à diversificação do ramo de atuação para atender à demanda local e nacional por embalagens plásticas para empacotadores de arroz e feijão primeiramente e, depois, para produtos alimentícios em geral. Emegê, Cicopal, Mabel e Cristal são algumas empresas que integram a lista de clientes desde a fase pioneira inicial da Piloto nesse segmento.

“Sempre fui um frequentador de feiras. Primeiro ia mais para São Paulo e, depois viam os eventos internacionais, onde vi muitas novidades, como em Chicago e na Alemanha”, revela. Na última década, período em que a Piloto fixou suas atividades em três fábricas ao longo da BR-153, saída sul de Goiânia, a gráfica intensificou seus investimentos em rótulos e etiquetas para frigoríficos e empresas de cosméticos. As embalagens para carnes produzidas pela Piloto levam alimentos para Rússia, Estados Unidos e China, além de países da Europa. Entre os frigoríficos clientes estão Minerva, Friboi, Marfrig, Bertim e JBS.



GALA

Os presidentes da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, e da CNI, Robson Andrade, ladeiam o vice-presidente da República, José Alencar, e o governador Alcides Rodrigues, durante a entrega da Comenda do Mérito Industrial, em noite de gala no Sesi Clube Antônio Ferreira Pacheco.

MODA

Mal terminou a segunda Goiás Mostra Moda, no Campus 2 da UFG, o Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Goiás já pensa na terceira edição do evento. O presidente do Sinvest, José Divino Arruda, adianta que uma das novidades pode ser a abertura da feira para fora do Estado, já que empresas de Brasília, São Paulo e do Rio de Janeiro desejam participar da mostra. No ano que vem, a GMM poderá ter ainda compradores da França, a partir de um trabalho intermediado pela Federação Francesa de Prêt-à-Porter, entidade que foi representada no evento por Milton Cezar.



NA COUROMODA

Wolfgang Goerlich, presidente do Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB), Francisco Santos, presidente da Couromoda, e o empresário Emílio Bittar, do Grupo Coming/Goiás e também vice-presidente do CICB. O trio de empresários atuantes no cenário nacional participou da 42ª Feira Internacional da Moda em Calçados e Acessórios, no Pavilhão do Anhembi, em São Paulo, de 5 a 8 de julho. Mais de mil empresas de todo o País mostraram seus lançamentos Primavera-Verão 2011.

PRAIA

Lorena Freire já escolheu o cenário do catálogo da nova coleção de sua grife, a Jean Darrot. Desta vez, ela vai levar modelo, produtor e fotógrafo para uma praia deserta no início do novo semestre. O local, segundo ela, deve traduzir a leveza do conjunto composto de texturas que vão muito além do jeans que consagrou a marca, fundada por seu pai, Jânio Freire, há 26 anos.



ESPAÇO CULTURAL

Recém-inaugurado no Sinduscon, o Espaço Cultural Engenheiro Paulo Afonso Ferreira foi palco, dia 30 de junho, do lançamento do Anuário da Indústria da Construção do Estado de Goiás. Empresários, fornecedores, lideranças sindicais e políticos conferiram a publicação, que faz um balanço da gestão 2007-2010 do sindicato e que traz perfil de construtoras locais.

EXCELÊNCIA

III Edilza Amorozo (Jaepel Papéis e Embalagens) está radiante com a nova conquista: a empresa se tornou a primeira de seu segmento no País a conquistar o ISO 9001 versão 2008. Auditores da certificadora Brtüv comandaram o processo com várias inspeções na fábrica instalada no polo de Senador Canedo.

INOVAÇÃO

III Pioneira na pronta-entrega de acionamentos de máquinas e equipamentos industriais no Estado de Goiás, a Redutep inaugurou sua nova divisão integradora, destinada exclusivamente a serviços e projetos. A empresa do goiano Tugart Araújo incorporou componentes de empresas líderes do mercado mundial e, recentemente, exibiu, na Feira Internacional de Embalagens, Processos e Logística para Indústria de Alimentos e Bebidas (Fispal), um protótipo que paletiza caixas sem a intervenção de mão de obra. O lançamento do equipamento inovador já tem data: a próxima Feira de Fornecedores e Atualização Tecnológica da Indústria de Alimentação (FFatia), que será realizada em Goiânia de 19 a 22 de outubro.

ARUANÃ

III Renato da Costa Nunes e seu sócio Edvaldo Antunes Barbosa (Frigorífico Nunes) se revezam no comando da indústria deles, em Aruanã. Eles são anfitriões de familiares e amigos que residem em Goiânia e Brasília e, em época de Araguaia, não pensam duas vezes antes de montar acampamento nas residências dos empresários e compartilhar a boa companhia da dupla



CARTÃO DE VISITA

III Os produtos (foto) são destaque no catálogo da Veleiros – cooperativa dos moveleiros de Valparaíso, presidida pelo empresário Gilberto Reinaldo da Costa (Persoline). O catálogo, lançado na exposição Casa e Companhia, realizada em Valparaíso, reúne uma mostra da produção do segmento moveleiro do município e é fruto das ações do projeto APL de Móveis, executado pelo Senai por meio de convênio entre o Ministério da Integração Nacional e prefeitura de Valparaíso de Goiás.

ARAGUAIA

III De Brasília, o deputado Sandro Mabel (Grupo Mabel) conta que sacrificou as férias em sua casa de praia na beira do Rio Araguaia, em Luís Alves, porque emprestou, depois de muita insistência, a Fazenda Montaria para ser o QG das gravações da novela *Araguaia*, de Walter Negrão, que substituirá *Escrito nas Estrelas* a partir de setembro. “Lá está uma festa, mas já fiquei sabendo que descaracterizaram vários ambientes, pintaram o chão, entre outras modificações. Acabei cedendo, pois espero que tudo isso seja bom para Goiás”, disse.

Simplago

Nova diretoria

A nova diretoria do Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Estado de Goiás (Simplago) foi eleita no dia 1º de junho, sob comando de Aurelino Antônio dos Santos, que terá como vice-presidente o empresário Marcelo José Carneiro. Os novos diretores estarão à frente do sindicato entre 1º de julho deste ano e 30 de junho de 2012.

Sinduscon

Nova diretoria

Eleita em chapa única, no último dia 2 de junho, a nova diretoria do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Goiás (Sinduscon-GO) terá como presidente o engenheiro Justo d'Abreu Cordeiro, que comandará a entidade no triênio 2010/2013. A transmissão do cargo ocorreu no dia 2 de agosto e a posse festiva será em 27 de agosto.

Sinvest

Goiás Mostra Moda

Em sua segunda edição, a Goiás Mostra Moda, realizada entre os dias 22 e 25 de junho no Centro de Cultura e Eventos da Universidade Federal de Goiás (UFG), localizado no Câmpus 2 da instituição, reuniu 95 expositores, além de profissionais do setor e celebridades (foto), superando as previsões iniciais. Até o final do ano, estima o presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Goiás (Sinvest), José Divino Arruda, o volume de negócios gerados por conta do evento deverá atingir R\$ 55 milhões.



Soluções de vídeo monitoramento CMA **Sua empresa ao alcance dos seus olhos.**



A CMA oferece a mais avançada tecnologia em vídeo monitoramento para a sua empresa. Câmeras de segurança ligadas a equipamentos com transmissão wireless, fibra óptica ou a cabo, permitem monitoração através de uma central, com alta definição de imagens e gravação em tempo real.

Tel: (11) 3053-2614

www.cmatelecom.com.br

telecom@cma.com.br

CMA Telecom



Debate

Com presença de empresários do setor e dirigentes do Fórum da Engenharia Goiana, o Sinduscon-GO realizou, em junho, debate sobre o projeto de emenda constitucional que determina a vinculação de recursos orçamentários em favor de moradias de interesse social e sobre o Plano Nacional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, entre outros temas. Participaram das discussões o senador Demóstenes Torres, o deputado federal Ronaldo Caiado, além dos presidentes do sindicato, Roberto Elias, da Ademi-GO, Ilézio Inácio Ferreira, o ex-secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Joel Sant'Anna Braga, e o atual secretário da pasta, Marcelo Viana Van Der Broocke (foto).

Sindquímica

APL de cosméticos

Governo e empresários do setor químico iniciaram as discussões para implantação, em Goiás, de um arranjo produtivo local (APL) para a indústria de cosméticos. "Somente uma classe unida poderá fortalecer seus negócios e aumentar sua produtividade com qualidade e segurança para o consumidor final", comentou Jair José de Alcântara, empresário e diretor do Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindquímica). O primeiro encontro para debater o assunto foi realizado no dia 15 de junho, no auditório do Senac, com a participação de diversos empresários do setor de cosméticos de Aparecida de Goiânia. Hoje com 126 indústrias, o setor acumulou crescimento de 46% em Goiás entre 2006 a 2009, segundo pesquisa da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC).



Sifaeq Homenagem

A medalha do Mérito Legislativo Pedro Ludovico Teixeira, maior honraria do Poder Legislativo goiano, foi entregue a 30 executivos e empresários do setor sucroenergético, em solenidade realizada na noite do dia 31 de maio de 2010, na Assembleia. Durante o evento, o presidente executivo do Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás (Sifaeq) e do Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás (Sifaçúcar), André Rocha (foto), recebeu o título de Cidadão Goiano, por iniciativa do deputado Marcelo Melo (PMDB). Otávio Lage de Siqueira Filho, presidente do Grupo Jalles Machado, falou em nome dos 30 homenageados.

Simelgo

Tecnologia da Informação

O Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás (Simelgo) promoveu, no Palácio da Indústria, a palestra Tecnologia da Informação 2010: Desafios e Tendências. O palestrante foi o engenheiro elétrico e mestre em ciência da informação Carlos Henrique Naves, que apresentou uma visão geral sobre essa tecnologia aplicada ao desenvolvimento dos negócios, como ferramenta para aumentar a produtividade e a competitividade das empresas.

Sicma

Praça revitalizada

O arquiteto e urbanista Guilherme Takeda esteve no dia 23 de junho em Anápolis, para apresentar e entregar o Projeto de Revitalização, Sustentabilidade e Acessibilidade da Praça Bom Jesus. O presidente do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma), Álvaro Otávio Dantas Maia, destacou a importância do evento e o trabalho da Comissão de Acessibilidade, que acompanhou todas as etapas do processo e forneceu o apoio necessário para a realização do projeto.

“Existem hoje cerca de 180 formas possíveis de planejamento (elisão fiscal), em grande parte desconhecidas pelas empresas”



Humberto Meirelles

Advogado tributarista e consultor da Studio Fiscal em Goiás

Gestão eficiente da carga tributária

As empresas em geral enfrentam extrema dificuldade em acompanhar as mudanças na legislação tributária, o que é compreensível, uma vez que novas alterações legais são impostas diariamente às companhias, tornando quase impossível rever seus procedimentos internos na mesma velocidade sem que se faça um investimento constante em serviços especializados.

Assim, as fiscalizações costumam identificar os erros de apuração como omissão ou indicação incorreta de dados e informações econômico-fiscais, impondo as pesadas multas previstas na legislação, independente de má-fé ou boa-fé das empresas, que não raramente erram também a favor do Fisco. Nesse contexto, a função dos auditores fiscais externos é justamente conferir e conciliar as apurações dos tributos para identificar riscos e oportunidades, ou seja, o trabalho é realizado em cima da contabilidade da empresa, não se confundindo com o serviço realizado internamente pelo contador ou pelo escritório de contabilidade terceirizado, que geralmente não tem tempo para rever criteriosamente os períodos anteriores.

Atualmente, existem no Brasil 83 tipos diferentes de taxas, impostos e outros tributos, sendo que o custo é suportado, direta ou indiretamente, por consumidores e empresas. O resultado é claro: produtos mais caros, competitividade reduzida e até mesmo falta de investimentos em outras áreas.

Dentro dos serviços prestados pela Studio Fiscal em Goiás e em outros Estados, o planejamento tributário é o mais comple-



to em inteligência tributária e pode ajudar as companhias a organizarem melhor suas obrigações fiscais e economizarem legalmente a título de tributos, o que gera reflexo positivo e direto em seu fluxo de caixa.

O primeiro passo para um planejamento tributário bem-feito é entender detalhadamente a atividade e o perfil da empresa, considerando seu regime de tributação, sua estrutura societária e sua logística, para então identificar suas operações mais relevantes, que estão a gerar débitos e créditos, e as oportunidades que a lei proporciona nessa situação para melhor gestão da carga tributária.

Embora a legislação tributária tenha se

mostrado cada vez mais minuciosa, existem hoje cerca de 180 formas possíveis de planejamento (elisão fiscal), em grande parte desconhecidas pelas empresas. Muitas companhias não fazem ideia também da quantidade de créditos tributários não aproveitados que possuem. Uma revisão dos últimos cinco anos certamente pode levantar valores relevantes, passíveis de serem compensados administrativamente, sem qualquer necessidade de tese ou ação na esfera judicial. Podemos dizer que boa parte dos erros cometidos pelas empresas está nas apurações de ICMS, PIS e Cofins, pois se referem justamente ao aproveitamento de créditos existente para esses tributos específicos, dentro da sistemática de não cumulatividade.

No ano de 2009, o setor industrial – campeão de arrecadação – foi alvo de 3.759 autuações da Secretaria da Receita Federal, que renderam R\$ 37,7 bilhões aos cofres do governo. Dados do órgão do Ministério da Fazenda informam, ainda, que em 2009 o total arrecadado com as fiscalizações chegou a R\$ 85,1 bilhões, quase 25% acima dos R\$ 68,2 bilhões do ano anterior. Esses números assustam e têm levado os empresários a investir cada vez mais em consultorias na área tributária, para correção de equívocos formais na contabilidade fiscal da empresa, acompanhamento e orientações acerca das mudanças na legislação e, claro, o aproveitamento correto e seguro dos créditos tributários, de acordo com as Instruções Normativas editadas pela Receita Federal do Brasil.

UMA GRANDE FERRAMENTA PARA A EMPRESA BUSCAR BONS PROFISSIONAIS. UM EXCELENTE MEIO PARA O PROFISSIONAL ENTRAR NAS MELHORES EMPRESAS.

O IEL soma a tradição de 40 anos em
registro com a inovação de um banco
de dados disponível na Internet e
desenvolve sites de recrutamento.

O Empregando Talentos está à disposição das empresas, para o recrutamento
de pessoas e oferta de vagas, e dos profissionais que buscam vaga no
mercado de trabalho ou que almejam nova colocação.

- Perfil fácil e pronto para a empresa
- Acesso gratuito durante 10 dias e 50% de desconto por toda a vida para o candidato
- Busca simplificada, rápida e imediata
- Pesquisa completa de candidatos de acordo com o perfil desejado
- Catálogo de vagas e salários, para a empresa
- Avaliação e seleção de candidatos
- Grátis de recrutagem, via e-mail, aos candidatos selecionados
- Busca de talentos alinhada à demanda da empresa

Aproveite essa oportunidade.
Acesse agora mesmo

www.
empregandotalentos
.com.br

Pelos Melhores do Mercado



Prêmio SESI Qualidade no Trabalho

*Sua empresa e a indústria
brasileira só têm a ganhar.*

Participe de um dos prêmios mais importantes da indústria brasileira e mostre para o mercado as práticas que estão melhorando as relações de trabalho, promovendo a qualidade de vida das colaboradoras e elevando a produtividade da empresa. Inscrições abertas de 1º de julho a 31 de agosto de 2010.

Acesse www.sesi.org.br e saiba mais.



Goiânia: 4002-6213

Demais Localidades: 0800-642 1313